

# RELAÇÕES ENTRE O PARLAMENTO EUROPEU E OS PARLAMENTOS NACIONAIS DA UE

PT



## RELATÓRIO ANUAL DE 2021



Parlamento Europeu

# PARLAMENTOS DA UNIÃO EUROPEIA



O funcionamento da União Europeia baseia-se na democracia representativa.



705 lugares\*



Os cidadãos estão diretamente representados, ao nível da União, no Parlamento Europeu.

Os Estados Membros estão representados no Conselho Europeu pelo respetivo Chefe de Estado ou de Governo e no Conselho pelos respetivos Governos, eles próprios democraticamente responsáveis, quer perante os respetivos Parlamentos nacionais, quer perante os seus cidadãos.



Council of the European Union

Os Parlamentos nacionais contribuem ativamente para o bom funcionamento da União ao...



... serem informados e notificados pelas instituições da UE acerca dos respetivos projetos legislativos;



... garantirem o respeito pelo princípio da subsidiariedade;



... participarem nos mecanismos de avaliação do espaço de liberdade, segurança e justiça e serem associados ao controlo político da Europol e à avaliação da Eurojust;



... participarem nos processos de revisão dos Tratados da UE;



... serem informados dos pedidos de adesão à UE;



... participarem na cooperação interparlamentar entre os Parlamentos nacionais e com o Parlamento Europeu.



O Parlamento Europeu e os Parlamentos nacionais definem em conjunto a organização e a promoção de uma cooperação interparlamentar eficaz e regular ao nível da UE.



Uma Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União (COSAC) pode apresentar ao Parlamento Europeu, ao Conselho e à Comissão qualquer contributo que considere adequado. Além disso, essa conferência promove o intercâmbio de informações e de boas práticas entre os Parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu.

\* A partir de 1 de fevereiro de 2021, o Parlamento Europeu tem 705 lugares, na sequência da saída do Reino Unido da UE a 31 de janeiro de 2021.

**DIREÇÃO DAS RELAÇÕES COM OS  
PARLAMENTOS NACIONAIS**

**ANNUAL REPORT 2021**

**Relações entre o Parlamento Europeu e os  
parlamentos nacionais da UE**

O presente relatório anual de atividades da Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais apresenta uma panorâmica de todas as atividades e de todos os desenvolvimentos no âmbito da cooperação interparlamentar com os parlamentos nacionais em 2021. Esta cooperação contou com a participação de 39 parlamentos e assembleias nacionais dos 27 Estados Membros, assim como o Parlamento Europeu.

Este relatório é uma publicação da Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais do Parlamento Europeu, que faz parte da Direção Geral da Presidência do Parlamento Europeu.

**Katrin RUHRMANN**

Diretora

[katrin.ruhrmann@europarl.europa.eu](mailto:katrin.ruhrmann@europarl.europa.eu)

**Jesús GÓMEZ**

Chefe de Unidade, Unidade do Diálogo Legislativo

[jesus.gomez@europarl.europa.eu](mailto:jesus.gomez@europarl.europa.eu)

**Anne Louise MCLAUHLAN**

Chefe de Unidade, Unidade da Cooperação Institucional

[anne.mclauchlan@europarl.europa.eu](mailto:anne.mclauchlan@europarl.europa.eu)

Documento elaborado por:

**József BLASZAUER**

Administrador, Unidade do Diálogo Legislativo

[jozsef.blaszauer@europarl.europa.eu](mailto:jozsef.blaszauer@europarl.europa.eu)

Documento terminado em 5 de abril de 2022.

[relnatparl@europarl.europa.eu](mailto:relnatparl@europarl.europa.eu)

<https://www.europarl.europa.eu/relnatparl>

Todas as fotografias e ilustrações

© União Europeia, salvo menção em contrário.

# ÍNDICE

<b>Prefácio dos vice presidentes do Parlamento Europeu responsáveis pelas relações com os parlamentos nacionais da UE</b>	<b>4</b>
<b>PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS E TEMAS DA AGENDA INTERPARLAMENTAR EM 2021</b>	<b>6</b>
<b>1. ÓRGÃOS INTERPARLAMENTARES INSTITUCIONAIS</b>	<b>11</b>
1.1 Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União (COSAC)	11
1.2 Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da União Europeia (CPPUE)	14
<b>2. CONFERÊNCIAS INTERPARLAMENTARES (CIP)</b>	<b>17</b>
2.1 CONFERÊNCIAS INTERPARLAMENTARES (CIP) Semana Parlamentar Europeia (SPE), Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na UE e Conferência sobre o Semestre Europeu (CIP ECEG)	17
2.2 Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa (CIP PESC/PCSD)	19
<b>3. SUPERVISÃO INTERPARLAMENTAR NO ESPAÇO DE LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA</b>	<b>22</b>
3.1 Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto da Europol	22
3.2 Reunião interparlamentar de comissões sobre a avaliação da Eurojust	24
<b>4. REUNIÕES INTERPARLAMENTARES DE COMISSÕES E OUTRAS FORMAS DE COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR</b>	<b>25</b>
4.1 Reuniões interparlamentares de comissões (RIC)	25
4.2 Conferência de Alto Nível sobre Migração e Asilo	29
4.3 Cooperação interparlamentar em matéria de ação externa da UE e assembleias parlamentares multilaterais	30
4.4 Visitas bilaterais e outros intercâmbios bilaterais	32
<b>5. COOPERAÇÃO LEGISLATIVA COM OS PARLAMENTOS NACIONAIS DA UE</b>	<b>33</b>
5.1 Sistema de alerta precoce e Protocolo n.º 2 anexo aos Tratados	33
5.2 Diálogo político informal e Protocolo n.º 1 anexo aos Tratados	37
<b>6. REDES E INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES</b>	<b>40</b>
6.1 Intercâmbio Interparlamentar de Informação sobre a União Europeia (IPEX)	40
6.2 Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares (CEIDP)	42
6.3 Programas de apoio ao Parlamento na Presidência	46
6.4 Rede de representantes dos parlamentos nacionais da UE em Bruxelas	47
6.5 Seminários para o pessoal	48
<b>7. FERRAMENTAS E ATIVIDADES DE APOIO</b>	<b>49</b>
7.1 Organização de reuniões à distância e videoconferências	49
7.2 CONNECT – a base de dados de documentos dos parlamentos nacionais	50
7.3 Diretório de correspondência entre comissões (CorCom)	51
7.4 Publicações da Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais	52
<b>8. DIREÇÃO DAS RELAÇÕES COM OS PARLAMENTOS NACIONAIS</b>	<b>53</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>54</b>
ANEXO I – Reuniões da COSAC – Temas e principais oradores 2021	55
ANEXO II – Reuniões interparlamentares de comissões e conferências interparlamentares organizadas pelo Parlamento Europeu em Bruxelas em 2021	56
ANEXO III – Visitas dos parlamentos nacionais da UE ao Parlamento Europeu em 2021 (incluindo videoconferências organizadas pela Direção)	57
ANEXO IV – Dados sobre o sistema de alerta precoce	58
ANEXO V – Contributos ao abrigo do Protocolo n.º 1 – Diálogo Político Informal	59
ANEXO VI – Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares (CEIDP)	60
Glossário de termos e acrónimos	64

## **Prefácio dos vice presidentes do Parlamento Europeu responsáveis pelas relações com os parlamentos nacionais da UE**

À data da publicação do presente relatório, a Europa enfrenta desafios sem precedentes devido à invasão não provocada e injustificada da Ucrânia pela Federação da Rússia. A terrível guerra perpetrada pelo Kremlin contra a população ucraniana abalou a ordem europeia de segurança pós 1991. Neste contexto, a União Europeia tem estado unida no objetivo de salvaguardar a paz, a segurança, a democracia e a liberdade na Europa, tendo tomado medidas estratégicas e decisivas que indicam que começou a evoluir para se tornar um interveniente sério no domínio da defesa e da segurança.

O segundo ano da pandemia de COVID 19 foi mais um ano difícil para o Parlamento Europeu e para a cooperação interparlamentar. À semelhança de 2020, as restrições da pandemia forçaram os deputados a reunirem-se sobretudo à distância, através de tecnologias de videoconferência.

Tal como em 2020, a Conferência sobre o Futuro da Europa esteve no centro dos debates interparlamentares no ano passado. Tanto os parlamentos nacionais como o Parlamento Europeu têm cooperado estreitamente na Conferência e desempenharam um papel fundamental neste debate sobre a definição do futuro da Europa. Trabalharam em conjunto para defender os interesses dos cidadãos no desempenho do seu papel na reorganização das políticas e instituições da UE, bem como o papel dos parlamentos enquanto representantes eleitos dos seus cidadãos.

Outros temas, como a evolução da pandemia e a forma como a UE deve combater a crise social e económica subsequente com planos de recuperação pós pandemia, foram também amplamente debatidos nas nossas reuniões.

Todas as atividades interparlamentares tiveram de ser realizadas totalmente à distância ou em formato híbrido<sup>1</sup>, apesar da intenção inicial, tanto da Presidência portuguesa como da Presidência eslovena, de realizar eventos presenciais. A situação epidemiológica impossibilitou a organização de reuniões neste formato.

Apesar de todos estes condicionalismos, a cooperação interparlamentar e o diálogo legislativo com os parlamentos nacionais da UE continuaram a ser intensificados e os eventos interparlamentares contaram, em geral, com uma participação excecionalmente elevada dos deputados do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais.

É evidente que a pandemia de COVID 19 continuou a colocar desafios organizacionais ao bom desenrolar das conferências interparlamentares. No entanto, os organizadores – o Parlamento Europeu e os parlamentos da Presidência portuguesa e eslovena – enfrentaram com êxito os desafios práticos inerentes às reuniões à distância ou híbridas e basearam-se nas suas experiências recentes com este novo formato, que permitiram realizar reuniões animadas e com elevada participação. A frequência e a intensidade das atividades interparlamentares, não obstante o ressurgimento da pandemia de COVID 19, ilustram a importância da cooperação interparlamentar, uma vez que as trocas de pontos de vista entre os deputados do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais são um dos pilares do parlamentarismo moderno. Além disso, estamos firmemente convictos de que o reforço do papel dos nossos parlamentos enquanto representantes dos cidadãos e o reforço da cooperação interparlamentar são de importância vital para o futuro da democracia europeia.

As soluções informáticas de ponta permitiram-nos prosseguir e mesmo acelerar os nossos intercâmbios, e reconhecemos que a tecnologia de videoconferência, se adequada, constitui uma oportunidade para reduzir a pegada de carbono das reuniões parlamentares, contribuindo assim para alcançar os objetivos da Europa em matéria de sustentabilidade e clima. No entanto, estamos

---

<sup>1</sup> Estando presentes fisicamente alguns deputados do parlamento organizador, ou seja, do Parlamento Europeu ou do parlamento da Presidência, e participando outros deputados à distância.

todos convictos de que não existe uma solução tecnológica que possa substituir as reuniões presenciais. Esperamos sinceramente que, em 2022, se assista ao fim da pandemia e a um regresso a reuniões interparlamentares, visitas e outras atividades presenciais.

Gostaríamos de agradecer à antiga vice presidente Roberta Metsola pela sua dedicação e pelo seu contributo no quadro das relações do Parlamento Europeu com os parlamentos nacionais e de a felicitar pela sua eleição para Presidente do Parlamento Europeu em janeiro de 2022.

Enquanto vice presidentes para as relações com os parlamentos nacionais, incentivamos o diálogo interparlamentar e estamos convictos de que o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais da UE continuam a ser parceiros fundamentais na definição do futuro da Europa. Estamos empenhados em prosseguir o nosso trabalho com os deputados nacionais para garantir que a UE continue a ser um lugar pacífico e próspero para os seus cidadãos.



*Othmar Karas, primeiro vice presidente, e Dita Charanzová, vice presidente, nas instalações do Parlamento Europeu em Estrasburgo*

© União Europeia 2021 PE/Andrea ADRIANI

**Othmar Karas**  
EP First Vice-President

**Dita Charanzová**  
Vice-President

## PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS E TEMAS DA AGENDA INTERPARLAMENTAR EM 2021

Em 2021, o trabalho da Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais foi conduzido e orientado politicamente por David Sassoli, Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, primeira vice presidente, juntamente com a vice presidente Dita Charanzová, responsável pelas relações com os parlamentos nacionais, e Antonio Tajani, presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais (AFCO) e da Conferência dos Presidentes das Comissões.

Desde o início, esperava-se que o segundo ano da pandemia de COVID 19 fosse politicamente complexo. A pandemia afetou todos, nomeadamente no que diz respeito à forma de lidar com o rescaldo económico e social, de alcançar uma recuperação ecológica, digital e sustentável e de assegurar o controlo parlamentar a este respeito. Outros temas altamente pertinentes debatidos em numerosas reuniões incluíram a política de migração da UE, a situação do Estado de Direito nos Estados Membros e a segurança e a ação externa da UE num ambiente internacional cada vez mais volátil, por exemplo.

Ao longo do ano, os parlamentos trocaram pontos de vista e experiências sobre as medidas de combate às novas vagas da pandemia, incluindo a estratégia de vacinação da UE, tendo reiterado o seu apoio a uma abordagem unida da UE em relação às vacinas contra a COVID 19, ao Certificado Digital COVID da UE e ao novo quadro da UE em matéria de segurança sanitária à prova de futuro – a União Europeia da Saúde –, que visa melhorar a resposta às crises sanitárias transfronteiriças, reforçar a prevenção de doenças e intensificar a cooperação transfronteiriça.

O ponto da situação da Conferência sobre o Futuro da Europa e as expectativas dos parlamentos quanto aos seus resultados figuravam nas ordens do dia das reuniões interparlamentares, juntamente com a evolução preocupante do aumento dos preços da energia no segundo semestre do ano e as graves consequências dessa evolução para as empresas e os consumidores.

Tal como em 2020, devido ao surto da pandemia, a adoção de textos políticos, que são geralmente objeto de intensas negociações durante as reuniões, foi substituída por outros procedimentos. Na Conferência das Comissões Parlamentares para os Assuntos da União (COSAC), as presidências portuguesa e eslovena apresentaram cartas às instituições da UE em que resumiram as iniciativas parlamentares empreendidas durante as respetivas presidências. Uma vez que a Conferência dos Presidentes também se realizou à distância, as «Conclusões da Presidência» substituíram as conclusões convencionais. No entanto, a Conferência adotou dois relatórios:

- um relatório sobre o reforço da cooperação interparlamentar através de tecnologias modernas;
- um relatório do Grupo de Trabalho sobre a Atualização das Orientações para a Cooperação Interparlamentar (CIP).

A CIP para a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) também optou por uma declaração final dos copresidentes em vez de conclusões, que foram consideradas demasiado difíceis de adotar numa reunião à distância.

Apesar das intenções iniciais das presidências portuguesa e eslovena, todas as reuniões da COSAC, CIP e os eventos organizados pelo Parlamento Europeu, incluindo as reuniões interparlamentares de comissões, a Semana Parlamentar Europeia e o Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto da Europol (GCPC), tiveram de ser organizados à distância ou em formato híbrido devido à situação epidemiológica, que não permitiu a realização em modo presencial de grandes reuniões nas capitais da Presidência ou em Bruxelas.

Proseguindo a tendência de 2020, verificou-se um novo aumento do número de reuniões interparlamentares realizadas em 2021. O número de participantes do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais também aumentou significativamente.



Este aumento da participação parece ter sido amplamente facilitado pela oportunidade de participar em reuniões à distância sem ter de viajar. O segundo ano da pandemia de COVID 19 acelerou ainda mais a utilização de ferramentas digitais, refletindo – talvez – uma tendência para a organização de reuniões interparlamentares no futuro, uma vez que o formato utilizado poderá continuar a ser híbrido a médio ou mais longo prazo no período pós pandemia. No entanto, tal como manifestado em vários fóruns interparlamentares, é reconhecido que não existe uma solução tecnológica que possa substituir as reuniões presenciais e estas devem ser retomadas logo que a situação epidemiológica o permita.

Devido à situação da COVID 19 e às regras em vigor no Parlamento Europeu, a instituição não recebeu delegações nem visitas em 2021. No entanto, houve uma série de intercâmbios à distância entre deputados ao Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais. Também não houve visitas bilaterais dos parlamentos nacionais da UE às instalações do Parlamento Europeu.

O Parlamento Europeu intensificou as suas relações com os parlamentos nacionais através de intercâmbios formais e informais entre o seu vice presidente responsável pelas relações com os parlamentos nacionais e a COSAC e vários presidentes da COSAC e as respetivas comissões de assuntos da UE.

Devido aos constrangimentos provocados pela pandemia, a videoconferência revelou-se um formato particularmente bem-sucedido e eficiente para sessões de informação informais, reuniões ad hoc e intercâmbios específicos com oradores de alto nível, embora os deputados dos parlamentos nacionais ao Parlamento Europeu se tenham pronunciado sobre a falta que sentiam dos intercâmbios presenciais e de contactos pessoais mais interativos. Espera-se que este instrumento continue a ser um importante método de comunicação para intercâmbios bilaterais direcionados e diretos, embora nunca possa replicar o valor acrescentado das reuniões presenciais.

A crise sanitária também resultou num aumento dos intercâmbios de informações *online* e em formato eletrónico (por escrito) entre os parlamentos, em especial no âmbito do Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares (CEIDP) e da rede Interparlamentar de Intercâmbio de Informações da UE (IPEX). O aumento de mais de 80 % do número de propostas recebidas ao abrigo do Protocolo n.º 2 dos Tratados entre 2020 e 2021 pode encontrar uma explicação no facto de as instituições da UE e os parlamentos nacionais se terem adaptado ao impacto da pandemia de COVID 19 até 2021 e terem trabalhado na sua plena capacidade legislativa.

Com efeito, os parlamentos nacionais apresentaram um grande número de contributos ao abrigo do Protocolo n.º 2, nomeadamente em resposta a uma série de propostas legislativas em matéria de ambiente, justiça e assuntos internos. As estatísticas confirmam que os parlamentos nacionais da UE utilizaram o Protocolo n.º 2 mais frequentemente como um meio para exprimir os seus pontos de vista sobre o fundo das propostas do que sobre a subsidiariedade. Tal poderá refletir o seu desejo de ser mais estreitamente associados aos elementos essenciais do processo legislativo.

O número de contributos apresentados no âmbito do diálogo político informal também aumentou significativamente – de 179 em 2020 para 222 em 2021 (+24 %) –, muito provavelmente porque a Comissão foi muito ativa na apresentação de propostas de nova legislação em 2021, em resposta à pandemia.

O ano de 2021 marcou igualmente o lançamento e a implementação do IPEX v3. Uma das principais inovações da nova plataforma é o facto de permitir que os parlamentos carreguem novos tipos de documentos, e não necessariamente os relacionados com o parâmetro de subsidiariedade (pareceres fundamentados ou contributos no âmbito do diálogo político informal). Conhecidos como documentos de iniciativa, estes documentos visam incentivar a cooperação interparlamentar numa série de domínios, tais como: i) o quadro financeiro plurianual, ii) os acordos internacionais da UE, iii) o programa de trabalho da Comissão, iv) os contributos parlamentares para os trabalhos da Conferência sobre o Futuro da Europa e v) iniciativas no domínio da Rede de Apoio à Democracia.

Tradicionalmente, a cooperação interparlamentar debruça-se sobre assuntos e debates políticos e institucionais. O sistema de alerta precoce, que liga os parlamentos nacionais ao processo legislativo da UE através do controlo da subsidiariedade, desencadeou um amplo diálogo legislativo que vai muito para além da subsidiariedade. Nos últimos anos, o controlo parlamentar e a supervisão da ação executiva e das agências europeias foram igualmente objeto de atenção, em particular no domínio da justiça e dos assuntos internos. Está ainda a desenvolver-se a cooperação parlamentar no domínio das políticas externas da UE, em particular no âmbito da PESC/PCSD, mas também da diplomacia parlamentar, do apoio à democracia e da cooperação em fóruns multilaterais, e até mundiais, para promover os valores e interesses europeus.

Em 2021, foram abordados os seguintes temas recorrentes em vários fóruns interparlamentares e debates bilaterais:

### **i. A resposta da UE à pandemia e os planos de recuperação**

Ao longo do ano, os deputados da UE debateram a evolução da pandemia de COVID 19 e, em particular, a resposta da UE ao seu ressurgimento a nível mundial e às novas variantes emergentes. Refletiram também sobre a forma de fazer face às consequências sociais e económicas da pandemia através do investimento, da competitividade e das competências, bem como sobre a forma de concretizar uma recuperação sustentável e ecológica. Esta questão dominou os debates na Semana Parlamentar Europeia e foi um dos principais temas da reunião dos presidentes da COSAC durante a Presidência portuguesa do Conselho. Mais especificamente, o papel dos parlamentos nacionais na execução dos planos nacionais de recuperação e resiliência era um dos pontos altos da reunião plenária da COSAC.

*Irene Tinagli, presidente da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON) do PE, e Luís Capoulas Santos, presidente da Comissão dos Assuntos Europeus da Assembleia da República de Portugal, na reunião interparlamentar de comissões ECON «Resiliência e recuperação da crise da COVID 19», 22 de fevereiro de 2021*

© União Europeia 2021 Philippe BUISSIN



### **ii. A Conferência sobre o Futuro da Europa**

Os deputados ao Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais prosseguiram com a reflexão sobre o futuro da Europa no âmbito da Conferência sobre o Futuro da Europa, que deverá concluir os seus trabalhos em 2022. Os últimos desenvolvimentos da Conferência e a importância da dimensão parlamentar nos seus processos e debates foram salientados numa série de reuniões interparlamentares, nomeadamente na reunião plenária da COSAC de 29 e 30 de novembro de 2021.



*Charles Goerens, vice presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais (AFCO) do PE, Gašper Dovžan, Secretário de Estado no Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Eslovénia, e Guy Verhofstadt, copresidente do Conselho Executivo da Conferência sobre o Futuro da Europa, na reunião interparlamentar de comissões AFCO, intitulada «As expectativas dos parlamentos nacionais para a Conferência sobre o Futuro da Europa», 9 de novembro de 2021*

© União Europeia 2021 Alexis HAULOT [https://multimedia.europarl.europa.eu/pt/photoset/p\\_20211109\\_EP\\_121324A\\_AH1\\_072](https://multimedia.europarl.europa.eu/pt/photoset/p_20211109_EP_121324A_AH1_072)

### **iii. Estado de Direito, democracia e direitos fundamentais**

Uma vez que o respeito pelo Estado de Direito se tornou uma prioridade transversal em todas as políticas da UE, tal também se refletiu em vários debates interparlamentares, tendo em conta o papel crucial dos parlamentos nacionais na proteção e aplicação dos valores e da legislação da UE, bem como nas prioridades da Presidência portuguesa do Conselho.

Neste contexto, os debates centraram-se também no impacto na democracia e nos direitos fundamentais das medidas relacionadas com a pandemia tomadas por muitos governos, em especial com vista a assegurar o controlo do executivo a exercer pelos parlamentos. Nesta perspetiva, em 9 de dezembro, a Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos (LIBE) do Parlamento Europeu organizou uma reunião interparlamentar sobre a situação do Estado de Direito na UE. A reunião foi dividida em dois painéis, um dedicado a uma troca de pontos de vista sobre o relatório anual da Comissão sobre o Estado de Direito relativo a 2021 e outro intitulado «O caminho a seguir no que respeita ao mecanismo para a democracia, o Estado de Direito e os direitos fundamentais». A questão da aplicação das regras de condicionalidade para associar o desembolso de fundos da UE ao respeito do Estado de Direito foi também amplamente debatida. Além disso, a reunião dos presidentes da COSAC, realizada em 19 de julho de 2021, debateu igualmente os valores europeus e o Estado de Direito na União.



*Juan Fernando López Aguilar, presidente da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos (LIBE) do PE, e Didier Reynders, comissário europeu responsável pela Justiça, na reunião interparlamentar de comissões LIBE sobre a situação do Estado de Direito na UE, 9 de dezembro de 2021*

© União Europeia 2021 Alexis HAULOT

#### **iv. As transições ecológica e digital**

As transições ecológica e digital são uma prioridade fundamental da Comissão von der Leyen e foram um dos principais temas dos debates, nomeadamente durante a Semana Parlamentar Europeia de 2021. Foi também debatida a necessidade de regras comuns da UE em matéria de tecnologias acessíveis e centradas no ser humano que respeitem os valores da UE, bem como de planos da UE para implantar tecnologias digitais, como a inteligência artificial, a supercomputação e as plataformas de dados em geral.

A Semana Parlamentar Europeia teve igualmente uma ênfase mais ecológica em 2021, com especial destaque para as alterações climáticas e o seu papel cada vez mais proeminente nas políticas económicas, orçamentais e sociais da UE.

Antes da Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, em Glasgow, os deputados defenderam a aceleração da ação climática a nível mundial e apelaram a que a UE continuasse a ser líder mundial na luta contra as alterações climáticas. Salientaram igualmente a necessidade de uma transição justa para uma economia verde.

#### **v. Migração**

A migração continuou a ocupar um lugar de destaque na agenda do ano passado. Desde a Presidência alemã do Conselho, o Parlamento Europeu organizou conferências de alto nível à distância sobre migração e asilo, em conjunto com cada Presidência e os Parlamentos do Trio. O Parlamento francês organizará um evento deste tipo durante a Presidência francesa.

#### **vi. O papel da UE no mundo**

Uma vez que as terríveis consequências económicas, sociais, políticas e geopolíticas da pandemia continuaram a ter um impacto em aspetos fundamentais da PESC e da PCSD da UE, o ambiente de segurança da UE também continuou a deteriorar-se em 2021 e foi um dos temas mais debatidos em fóruns interparlamentares sobre questões de política externa.

No âmbito da CIP PESC/PCSD, os intercâmbios centraram-se no surto mundial da pandemia de COVID 19 como fator de mudança no ambiente internacional e catalisador da mudança na ordem mundial. Os membros que participam nesta cooperação salientaram a importância fundamental da resiliência interna da UE, do desenvolvimento de novas parcerias e do reforço da visão multilateral da UE a nível mundial, congratulando-se simultaneamente com as iniciativas da Equipa Europa e da Resposta Mundial ao Coronavírus, que estão a ajudar os países parceiros a lidar com o impacto da pandemia.

Apelaram a que os Estados Membros demonstrassem uma verdadeira vontade política para fazer progredir os objetivos da política externa da UE e combater as tentativas dos países terceiros de dividir a UE, e observaram que ainda existe um potencial considerável por explorar na combinação e integração de todas as vertentes da ação externa da UE – incluindo o poder coercivo e o poder persuasivo – para alcançar os objetivos da PESC e da PCSD.

O Brexit e o primeiro ano do novo Acordo de Comércio e Cooperação UE Reino Unido foram outro tema transversal e recorrente.

# 1. ÓRGÃOS INTERPARLAMENTARES INSTITUCIONAIS

## 1.1 Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União (COSAC)



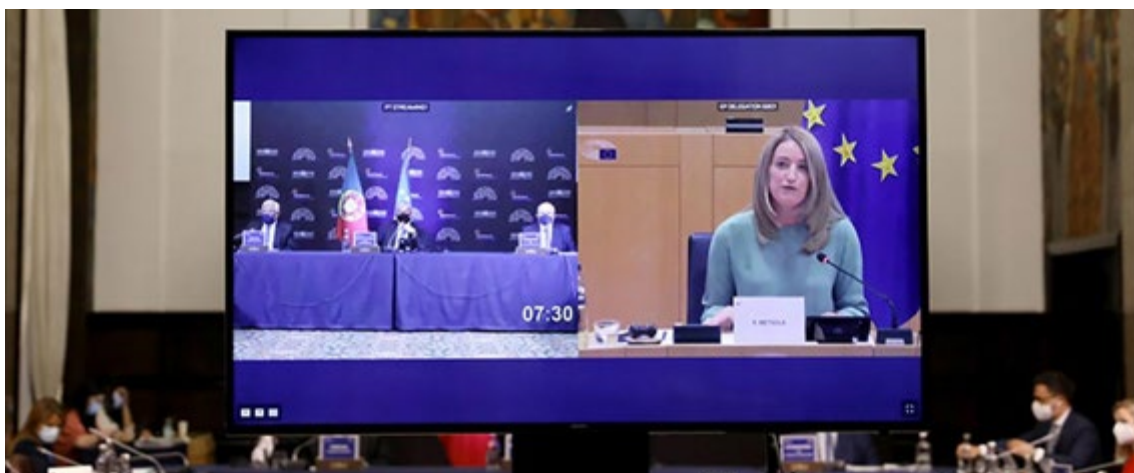
A COSAC, ou Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União, foi constituída em novembro de 1989, em Paris. Destaca-se por ser o único fórum interparlamentar consagrado nos Tratados (Protocolo n.º 1 relativo ao papel dos parlamentos nacionais na União Europeia). O parlamento do Estado Membro que exerce a Presidência rotativa do Conselho desempenha o papel principal na definição do rumo e dos trabalhos da COSAC. Um Trio de Presidências, de que o Parlamento Europeu é membro permanente, apoia a COSAC. A Presidência conta também com o apoio estrutural de um pequeno secretariado gerido pelo Parlamento Europeu e chefiado por um funcionário destacado de um parlamento nacional («membro permanente»). Ver [www.jpex.eu](http://www.jpex.eu)

A Assembleia da República de Portugal apresentou a dimensão parlamentar da Presidência portuguesa do Conselho na reunião dos presidentes, em 11 de janeiro de 2021. Tanto esta reunião como a reunião plenária da LXV da COSAC foram realizadas à distância, apesar das intenções iniciais da Presidência de realizar os eventos presencialmente, o que infelizmente se tornou impossível devido à situação epidemiológica.

A reunião dos presidentes, realizada em janeiro, centrou-se nas formas de responder à pandemia, incluindo a transição para a construção de uma União Europeia da Saúde, a abordagem dos impactos da crise sanitária e a promoção da recuperação na UE. Os planos de recuperação e resiliência foram objeto de atenção da Presidência portuguesa e foram objeto de debates aprofundados. Os deputados debateram igualmente as outras prioridades portuguesas, como o reforço do modelo social europeu e dos valores fundamentais da UE e a forma de promover a autonomia da Europa, mantendo simultaneamente a sua abertura ao mundo.

Durante a reunião plenária da COSAC, de 31 de maio a 1 de junho de 2021, na qual participou o Primeiro Ministro António Costa, deputados ao Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais fizeram o balanço da Presidência portuguesa do Conselho e debateram o tema de uma Europa social e os resultados da Cimeira do Porto. Trocaram também pontos de vista sobre a execução dos planos nacionais de recuperação e resiliência e a importância do controlo parlamentar a este respeito. Uma outra sessão foi dedicada à Conferência sobre o Futuro da Europa, na qual os copresidentes do Conselho Executivo da Conferência Guy Verhofstadt, deputado ao Parlamento Europeu, e Dubravka Šuica, comissária, definiram a forma como a Conferência seria organizada

e descreveram as medidas tomadas até à data. A sessão foi co moderada por Antonio Tajani, presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais (AFCO) do Parlamento Europeu, que deu um impulso substancial, antes da Conferência, ao falar sobre o trabalho da Comissão AFCO.



*Roberta Metsola, primeira vice presidente do PE, na reunião plenária da LXV COSAC, de 31 de maio a 1 de junho de 2021*

© UE PE

Em julho de 2021, a Presidência da COSAC foi assumida pelo Parlamento Nacional da Eslovénia que, devido às limitações persistentes da pandemia de COVID 19, teve também de organizar eventos da COSAC à distância.

A reunião dos presidentes teve lugar em 19 de julho de 2021. A Presidência eslovena prosseguiu os trabalhos sobre a necessidade de a UE demonstrar resiliência, recuperação e autonomia estratégica para lidar com a pandemia, bem como refletindo sobre o futuro da Europa no âmbito da Conferência sobre o Futuro da Europa. Todos estes temas foram debatidos por deputados durante a reunião dos presidentes, bem como a situação dos valores europeus e do Estado de Direito na UE, a segurança na UE e a estabilidade na sua vizinhança. O comissário responsável pelo Mercado Interno, Thierry Breton, foi convidado a apresentar a nova estratégia da Comissão para a cibersegurança da UE, que visa reforçar a resiliência coletiva da Europa contra as ciberameaças e permitir que os cidadãos e as empresas da UE beneficiem de serviços fidedignos e fiáveis.



*Reunião dos presidentes da COSAC, 16 de julho de 2021*

© União Europeia 2021 – Página Web da Direção das Relações com os Paramentos Nacionais

A LXVI COSAC realizou-se à distância, no final de novembro. A Presidência eslovena do Conselho foi debatida na presença do Secretário de Estado esloveno do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Um debate sobre a perspetiva europeia dos Balcãs Ocidentais suscitou grande interesse, tendo a maioria dos oradores manifestado o seu apoio a este processo, salientando simultaneamente a necessidade de respeitar plenamente os critérios e as reformas necessárias, em especial no domínio da democracia e do Estado de Direito. Os deputados também trocaram pontos de vista sobre o futuro papel dos jovens nos processos de tomada de decisão da UE e debateram, uma vez mais, os últimos desenvolvimentos da Conferência sobre o Futuro da Europa e a importância da dimensão parlamentar nos seus processos e debates.

A Presidência eslovena concluiu também com êxito a nomeação de um novo membro permanente do Secretariado da COSAC para 2022-2023.

Nem a LXV nem as reuniões plenárias da LXVI COSAC adotaram um contributo sob a forma de uma declaração política. Seguindo o exemplo das presidências croata e alemã durante o período de COVID-19 de 2020, tanto as presidências portuguesa como eslovena apresentaram uma carta às instituições da UE, resumindo as iniciativas parlamentares empreendidas durante os respetivos períodos de trabalho.

Uma vez mais, as relações entre a UE e o Reino Unido tiveram de ser negociadas em 2021, desta vez no âmbito do Acordo de Comércio e Cooperação. A Troica Presidencial da COSAC continuou a transmitir convites ao Parlamento do Reino Unido, a pedido da Câmara dos Lordes e da Câmara dos Comuns do Reino Unido, a fim de preservar relações interparlamentares frutuosas.

Também este ano, a conveniência de organizar reuniões à distância através da tecnologia de videoconferência permitiu a realização de reuniões adicionais para complementar as reuniões dos presidentes e das sessões plenárias da COSAC. Seguindo o exemplo da Croácia e da Alemanha, ambas as Presidências continuaram, este ano, a organizar trocas de pontos de vista informais para os presidentes da COSAC com oradores de alto nível, nomeadamente comissários europeus. As reuniões da troica presidencial também foram organizadas muito antes das principais reuniões da COSAC, em vez de na noite anterior.

Ver anexo I para eventos e reuniões da COSAC.

### **Principais desenvolvimentos em 2021:**

- Os intercâmbios da COSAC aumentaram em 2021, com trocas de pontos de vista ainda mais informais com oradores de alto nível da Comissão Europeia.
- Devido à situação epidemiológica, que não permitiu a participação presencial em grandes reuniões nas capitais da Presidência, todas as reuniões da COSAC em 2021 tiveram de ser realizadas à distância;
- O Parlamento Europeu intensificou as suas relações de trabalho e cooperação no âmbito da COSAC, tendo comparecido de forma significativa e regular nas reuniões da COSAC.

## 1.2 Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da União Europeia (CPPUE)

*As Diretrizes de Estocolmo para a Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE foram adotadas em 2010. Estas preveem uma reunião anual de Presidentes dos Parlamentos, organizada pelo Estado Membro que detém a presidência no segundo semestre de um determinado ano, e realizada durante a presidência da primavera do ano seguinte. Esta Conferência adota conclusões da presidência não vinculativas. Além disso, tem por função supervisionar a coordenação das atividades interparlamentares da UE.*

*A ordem do dia da CPPUE é preparada na reunião dos secretários gerais dos parlamentos da União Europeia. Ver [www.ipex.eu](http://www.ipex.eu)*

Na sequência do cancelamento da Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE de 2020 devido à pandemia de COVID 19, a Presidência alemã tomou a iniciativa de organizar a conferência de 2021 à distância a partir de Berlim, em maio de 2021.

A conferência foi encurtada para meio dia e inaugurada com um discurso de boas vindas de Wolfgang Schäuble, presidente do Bundestag, e Reiner Haseloff, presidente do Bundesrat. O Parlamento Europeu foi representado pela primeira vice presidente, Roberta Metsola.

Os presidentes debateram o tema «Digitalização e evolução da esfera pública – Riscos e oportunidades para a democracia representativa». Durante o debate, a primeira vice presidente, Roberta Metsola, sublinhou a necessidade de proteger a integridade das eleições europeias e de reforçar a transparência da UE. Descreveu a Conferência sobre o Futuro da Europa, com a sua forte dimensão parlamentar, como uma oportunidade para incentivar uma maior participação dos cidadãos na UE.

Uma vez que a Conferência dos Presidentes dos Parlamentos foi realizada à distância, não foram adotadas conclusões, sendo estas substituídas por «Conclusões da Presidência», coordenadas com os outros membros da troica (Finlândia, Eslovénia e Parlamento Europeu).

No entanto, a reunião constituiu uma oportunidade para a adoção de dois relatórios que tiveram de ser adiados na conferência de 2020, cancelada devido à pandemia. Ambos os relatórios foram aprovados por unanimidade na Reunião dos secretários gerais em março de 2021:

- Relatório sobre o reforço da cooperação interparlamentar através de tecnologias modernas;
- Relatório do Grupo de Trabalho sobre a Atualização das Orientações para a Cooperação Interparlamentar (CIP).

Na Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE, realizada em Viena, em abril de 2019, foi apresentado um pedido à Presidência finlandesa no sentido de organizar um grupo de trabalho para apresentar uma proposta de atualização das orientações de 2008 relativas à cooperação interparlamentar na União Europeia. O grupo de trabalho foi igualmente convidado a apresentar um relatório sobre a melhor forma de utilizar os métodos de comunicação modernos para facilitar a cooperação interparlamentar.

O grupo de trabalho apresentou as suas conclusões na Reunião dos secretários gerais dos parlamentos da UE em Helsínquia (26 e 27 de janeiro de 2020). No entanto, devido ao cancelamento da Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE em maio de 2020, os relatórios não puderam ser adotados, pelo que o Parlamento finlandês solicitou que a Presidência alemã da Conferência dos Presidentes apresentasse o documento na reunião dos presidentes em maio de 2021.



## **Relatório sobre a cooperação interparlamentar através de tecnologias modernas**

O relatório sobre a cooperação interparlamentar através de tecnologias modernas foi inicialmente preparado pelo grupo de trabalho para o início de 2020, antes das rápidas mudanças causadas pela pandemia de coronavírus na utilização de tecnologias informáticas. A Presidência alemã, com o acordo do chefe finlandês do grupo de trabalho, reconheceu a necessidade de alterar o relatório para refletir os ensinamentos retirados da pandemia. Por conseguinte, foi apresentado um texto revisto na Reunião dos secretários gerais de 29 de março de 2021. Este texto foi novamente alterado, antes de ser adotado pela Conferência dos Presidentes dos Parlamentos em 14 de abril de 2021.

O relatório final, aprovado por unanimidade pela Conferência dos Presidentes dos Parlamentos, inclui as seguintes notas:

- Observa que não se podem substituir as conferências interparlamentares, estabelecidas enquanto quadro permanente pelo artigo 2.º das Orientações para a Cooperação Interparlamentar na UE, a menos que seja impossível organizar uma reunião presencial, caso em que a tecnologia pode constituir uma alternativa fiável e válida;
- Observa que a videoconferência é, se adequada, uma oportunidade para diminuir a pegada de carbono das reuniões, contribuindo assim para alcançar os objetivos da Europa em matéria de sustentabilidade e clima;
- Observa que a tecnologia permite a substituição de algumas reuniões não essenciais, por exemplo para fins preparatórios ou administrativos, ou de reuniões de funcionários, por teleconferências, através de espaços de trabalho colaborativos ou de outros meios técnicos;
- Incentiva os parlamentos a facilitarem videoconferências interparlamentares através da assistência mútua e de uma estreita cooperação técnico informática, a fim de tornar as videoconferências mais eficientes e previsíveis para o futuro, reforçando simultaneamente a soberania e a resiliência digitais da Europa e aplicando a regulamentação da UE em matéria de proteção de dados;
- Observa que, sempre que sejam utilizadas tecnologias para substituir ou melhorar as reuniões, as tecnologias devem incorporar e respeitar os mesmos valores de colaboração, inclusão, participação e abertura que tradicionalmente caracterizaram as conferências interparlamentares, incluindo o regime linguístico aplicado;
- Incentiva os parlamentos, aquando do planeamento da contratação pública no domínio das TIC, a terem em conta, enquanto fator da definição das especificações, os requisitos da comunicação interparlamentar e o objetivo de reforçar a soberania e a resiliência digitais da Europa.

## **Relatório sobre a atualização das orientações relativas à cooperação interparlamentar (CIP)**

O mandato do grupo de trabalho criado pela Presidência finlandesa a pedido da Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE, realizada em Viena, em abril de 2019, consistia em adaptar as Diretrizes de Lisboa para a cooperação interparlamentar na UE às condições existentes. As Diretrizes de Lisboa, que proporcionam um quadro geral para a cooperação interparlamentar, foram aprovadas em 2008, antes da entrada em vigor do Tratado de Lisboa. Entretanto, tornaram-se obsoletas e não refletem a evolução subsequente da cooperação interparlamentar.

O grupo de trabalho foi convidado a elaborar um relatório para a Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE a realizar em Helsínquia, em 2020, tendo em vista:

- a adaptação técnica das Diretrizes às condições vigentes, o que incluía uma utilização mais rigorosa das referências aos Tratados e uma revisão linguística das Diretrizes;

- a inclusão de novos formatos de conferência nas Diretrizes, tais como a Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, a Coordenação Económica e Governação na União Europeia, a Conferência Interparlamentar para a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa, e o Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto da Europol;
- uma melhor utilização dos meios de comunicação atuais para facilitar a cooperação interparlamentar.

A Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE solicitou igualmente à Presidência finlandesa que procurasse um entendimento comum adequado sobre a reunião interparlamentar de comissões a organizar pelo Parlamento Europeu relativa à avaliação da Eurojust, tal como previsto no Regulamento Eurojust, para que a Conferência dos Presidentes dos Parlamentos de Helsínquia pudesse chegar a conclusões sobre estas questões.

O mandato de Viena foi cuidadosamente seguido de um projeto de atualização técnica e linguística das Diretrizes. Os desenvolvimentos pós Lisboa, em especial as novas conferências interparlamentares, o controlo e a avaliação conjuntos no domínio da justiça e dos assuntos internos, são registados de forma coerente. A estrutura do novo projeto de Diretrizes é mais informativa. Foram adotadas referências às bases jurídicas e ao regulamento interno de cada instância interparlamentar.

As Diretrizes atualizadas foram adotadas por unanimidade pela Conferência dos Presidentes dos Parlamentos.

#### **Principais desenvolvimentos em 2021:**

- A Conferência dos Presidentes realizou-se à distância, após o seu cancelamento em 2020;
- Foram adotadas «Conclusões da Presidência», em vez das conclusões tradicionais;
- O relatório sobre a cooperação interparlamentar através de tecnologias modernas foi adotado;
- O relatório sobre a atualização das Diretrizes para a cooperação interparlamentar também foi aprovado.

## 2. CONFERÊNCIAS INTERPARLAMENTARES (CIP)

### 2.1 CONFERÊNCIAS INTERPARLAMENTARES (CIP) Semana Parlamentar Europeia (SPE), Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na UE e Conferência sobre o Semestre Europeu (CIP ECEG)

*A Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação e Governação Económica na UE (instituída nos termos do artigo 13.º da Conferência do Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária [Pacto Orçamental]) proporciona um quadro para o debate e o intercâmbio de informações e de boas práticas na aplicação das disposições pertinentes do Tratado e para a cooperação entre os parlamentos nacionais da UE e o Parlamento Europeu.*

*A Conferência sobre o Semestre Europeu constitui uma oportunidade para trocar informações sobre as práticas de excelência na aplicação dos ciclos do Semestre Europeu e reforçar a cooperação destinada a fiscalizar as ações dos executivos, quer a nível nacional, quer a nível europeu.*

*Em conjunto, as conferências inscrevem-se na Semana Parlamentar Europeia (SPE), que congrega deputados de toda a UE, para debater assuntos económicos, orçamentais e sociais. Ambas as conferências conquistaram um espaço regular no calendário das atividades interparlamentares e constituem verdadeiros fóruns para debates interparlamentares sobre estes domínios de intervenção cada vez mais importantes.*

A edição de 2021 da SPE, coorganizada pelo Parlamento Europeu e pelo Parlamento português, realizou-se em 22 de fevereiro de 2021, em Bruxelas. Devido à pandemia de COVID 19, o evento foi realizado à distância através da tecnologia de videoconferência. Esta foi a 10.ª edição da conferência e contou com a participação de cerca de 140 deputados dos 27 Estados Membros da UE e de quatro países candidatos e observadores para debater questões económicas, orçamentais, ambientais e sociais. O Parlamento Europeu fez-se representar por mais de 60 deputados. O grande número de participantes demonstra o êxito, a pertinência e a necessidade de um intercâmbio parlamentar dos temas propostos nos tempos difíceis de hoje.

Os debates foram dominados pelo impacto da crise da COVID 19 nas economias da UE e a respetiva recuperação. A conferência teve início com uma sessão plenária de abertura que incluiu um painel internacional e europeu de alto nível do qual faziam parte David Sassoli, presidente do Parlamento Europeu, Eduardo Ferro Rodrigues, presidente da Assembleia da República de Portugal, Charles Michel, presidente do Conselho Europeu, Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, António Guterres, secretário geral da ONU, Kristalina Georgieva, diretora executiva do Fundo Monetário Internacional, e Christine Lagarde, presidente do Banco Central Europeu.

Durante o debate, os deputados do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais analisaram a preparação dos planos nacionais de recuperação e resiliência. Os deputados do Trio de Presidências (Alemanha, Portugal e Eslovénia) e três relatores do Parlamento Europeu sobre o Fundo de Recuperação e Resiliência partilharam os seus pontos de vista e reservas relativamente à mobilização deste novo instrumento financeiro.

Os debates em sessão plenária foram seguidos de quatro reuniões interparlamentares de comissões, em simultâneo, organizadas pela Comissão dos Orçamentos (BUDG), pela Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON), pela Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais (EMPL) e pela Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar (ENVI) do Parlamento Europeu.

Durante a reunião interparlamentar da Comissão ECON, o debate centrou-se na necessidade de

manter políticas orçamentais expansionistas, sem deixar de repensar os modelos económicos existentes. Foi salientado que a pandemia poderia constituir uma oportunidade para adaptar as economias da UE de modo a torná-las mais sustentáveis e propícias ao crescimento. A principal mensagem para os parlamentos nacionais durante o debate na reunião interparlamentar da Comissão BUDG foi a necessidade de ratificar rapidamente a Decisão Recursos Próprios, com vista a implementar o plano de recuperação. Os debates na reunião da Comissão EMPL debruçaram-se sobre a forma de aplicar os 20 princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, a fim de pôr rapidamente termo à atual crise. Os deputados salientam que a dimensão social deve estar no cerne dos planos nacionais de recuperação e resiliência, apoiando simultaneamente a transição digital e ecológica.

A Semana Parlamentar Europeia de 2021 colocou a tónica na vertente ecológica, com especial destaque para as alterações climáticas e o seu papel cada vez mais proeminente nas políticas económicas, orçamentais e sociais da UE. Esta mudança refletiu-se no facto de, pela primeira vez, ter havido uma quarta reunião interparlamentar de comissões organizada pela Comissão ENVI, na qual os participantes trocaram ideias sobre possíveis sinergias entre o Pacto Ecológico Europeu e o caminho para a construção de uma União Europeia da Saúde mais resiliente. Os deputados ao Parlamento Europeu e os deputados nacionais centraram-se na promoção do crescimento sustentável como princípio orientador dos planos de recuperação e resiliência, a fim de utilizar a atual crise pandémica como catalisador para a reconstrução das nossas economias de forma mais ecológica.

Como é habitual, no segundo semestre do ano, a **16.ª Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na UE** teve lugar na capital do país da Presidência do Conselho (Liubliana, Eslovénia), em 28 de setembro de 2021. A reunião foi realizada à distância a partir da Assembleia Nacional eslovena. Durante a conferência, os representantes dos parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu, juntamente com representantes da Comissão Europeia e do Eurogrupo, debateram questões financeiras e económicas atuais à luz da pandemia de COVID 19.

O primeiro painel incluiu uma troca de pontos de vista sobre o financiamento da estratégia de saída da pandemia, com ênfase nos novos recursos próprios e no imposto sobre os serviços digitais. Os participantes manifestaram o seu apoio à criação de novos recursos próprios no orçamento da UE com vista à estabilidade do financiamento e da execução das políticas e objetivos da UE.

Os oradores principais para o segundo tema debateram os desafios e as oportunidades da recuperação económica e da renovação da Europa, nomeadamente a canalização efetiva de fundos para a execução do instrumento de recuperação NextGenerationEU. Durante o debate, alguns representantes dos Estados Membros expuseram os seus planos nacionais para o NextGenerationEU e descreveram o instrumento como uma oportunidade para alcançar os objetivos e políticas da UE



Cartaz da Semana Parlamentar Europeia, 2021 .  
© EU\_EP

destinados às gerações futuras, com especial destaque para as transições digital e ecológica e o Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Estes debates prosseguiram na Semana Parlamentar Europeia seguinte, realizada em Bruxelas, em 15 e 16 de março de 2022.

### **Principais desenvolvimentos em 2021:**

- Devido à pandemia de COVID 19, o programa da Semana Parlamentar Europeia em formato à distância foi realizado num único dia, tendo incluído também a Conferência do Semestre Europeu e a Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na UE. A edição deste ano colocou também a tónica na vertente ecológica, com a adição de uma quarta reunião interparlamentar de comissões, organizada pela Comissão ENVI, dedicada às alterações climáticas e ao seu papel cada vez mais proeminente nas políticas económicas, orçamentais e sociais da UE.
- Durante ambas as reuniões, os intercâmbios centraram-se no impacto da COVID 19 nas economias da UE e na estratégia de saída da crise.
- A participação à distância e a relevância dos temas permitiram a participação de importantes oradores de alto nível e de mais deputados, que aproveitaram a oportunidade para debater com os representantes de alto nível das instituições e outras partes interessadas.

## **2.2 Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa (CIP PESC/PCSD)**

*Criada em 2012 por uma decisão da Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE, a Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa (CIP PESC/PCSD) é a plataforma interparlamentar de debate sobre a política externa, de segurança e de defesa da União Europeia. Esta Conferência é organizada duas vezes por ano pelo Parlamento do Estado Membro da UE que exerce a presidência rotativa do Conselho, em estreita cooperação com o Parlamento Europeu, e nela participam habitualmente deputados de toda a União Europeia. Além disso, a Comissão AFET do Parlamento Europeu convida frequentemente os parlamentos nacionais para as suas reuniões em Bruxelas, como complemento do diálogo interparlamentar neste domínio de intervenção crucial.*

Em 2021, a 18.ª sessão da CIP PESC/PCSD teve lugar presencialmente em Lisboa (3-4 de março), ao passo que a 19.ª sessão foi organizada à distância, em Liubliana (9 de setembro). Em ambas as reuniões, as delegações do PE foram constituídas por membros da Comissão dos Assuntos Externos e da Subcomissão da Segurança e da Defesa, tendo sido presididas pelo deputado David McAllister, presidente da Comissão dos Assuntos Externos.

Através da tecnologia de videoconferência, 124 deputados dos parlamentos nacionais da UE participaram na CIP PESC/PCSD em Lisboa, juntamente com uma delegação do PE composta por 14 deputados. A conferência atraiu oradores de alto nível e incluiu intercâmbios frutuosos sobre vários assuntos externos e de segurança. Os copresidentes decidiram não adotar conclusões, optando, em vez disso, por uma declaração final. A CIP começou com um discurso de abertura de Jens Stoltenberg, secretário geral da NATO, seguido de um debate. A conferência dividiu-se depois em três sessões: a primeira intitulava-se «Defendendo a Europa: a cooperação entre a UE e a NATO e a Bússola Estratégica»; a segunda consistiu num debate com Josep Borrell, vice-presidente

da Comissão Europeia/alto representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança; a terceira centrou se numa estratégia abrangente da UE para África.

Na sua declaração final, os copresidentes sublinharam o facto de a pandemia de COVID 19 continuar a ter consequências económicas, sociais, políticas e geopolíticas que afetariam aspetos fundamentais da PESC e da PCSD da UE. Consideraram que o surto mundial da pandemia de COVID 19 é um fator de mudança na cena internacional e um catalisador da mudança na ordem mundial. A declaração salientou a importância fundamental da resiliência interna da UE, do desenvolvimento de novas parcerias e do reforço da visão multilateral da UE à escala mundial.



*David McAllister, presidente da Comissão dos Assuntos Externos do PE, e Eduardo Ferro Rodrigues, presidente da Assembleia da República de Portugal, na Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa, 3 4 de março de 2021, Lisboa*

© Parlamento Portugal

Os copresidentes sublinharam a necessidade de adaptar rapidamente a resposta da UE a esta nova realidade geopolítica e recordaram que a UE é o «parceiro da escolha» para os países terceiros, por ser norteada pela promoção da democracia e pela proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Apelaram aos Estados Membros no sentido de demonstrarem uma verdadeira vontade política para prosseguir os objetivos da UE em matéria de política externa e combater as tentativas de divisão da UE por parte de países terceiros.

Durante o segundo semestre de 2021, 88 deputados dos parlamentos de 27 Estados Membros da UE e do Parlamento Europeu, observadores e países candidatos, bem como 78 membros do pessoal, participaram à distância na **19.ª CIP PESC/PCSD**, em Liubliana. A delegação do Parlamento Europeu era composta por nove deputados e cinco outros membros do pessoal. Devido à pandemia, a conferência foi realizada em formato híbrido, com participação *online* e presencial. Teve a duração de um dia útil completo em vez dos dois dias habituais reservados às reuniões presenciais.

A conferência teve início com um discurso de Borut Pahor, presidente da Eslovénia, seguido de quatro sessões intituladas «Prioridades da PESC/PCSD»: um debate com o VP/AR, Josep Borrell; «Novos desafios, antigos padrões: repensar as abordagens da UE em matéria de política externa num mundo multipolar»; «Reforçar a parceria regional com os países dos Balcãs Ocidentais através da PCSD»; e «Desenvolvimento de capacidades para a proteção civil da UE e a cláusula de solidariedade: Integração da componente militar».



*Conferência interparlamentar sobre a política externa e de segurança comum e a política comum de segurança e defesa, 9 de setembro de 2021, Liubliana*

© Državni Zbor – Rok TORKAR

Os participantes observaram que a pandemia tinha revelado discrepâncias entre os países europeus em matéria de disposições económicas e de saúde. Por conseguinte, sublinharam a necessidade de reforçar a resiliência através da criação de um mecanismo de primeiros socorros e da preparação para cenários de gestão de crises, de modo a não haver um enfraquecimento devido a nova crise. Frisaram igualmente a necessidade da deteção precoce de ciberameaças. Foi salientado que a UE deve reforçar o multilateralismo e a multipolaridade. Ao mesmo tempo, a UE deve procurar proteger-se, contribuindo também para a paz mundial enquanto parceiro fiável, uma vez que as ameaças internacionais demonstram que a solidariedade é muito necessária.

De um modo geral, as futuras Presidências têm ainda de envidar esforços para reformar a CIP, a fim de tornar os debates em sessão plenária mais interativos, utilizando o procedimento de pedido espontâneo de uso da palavra («catch the eye»), mantendo um período reservado na ordem do dia para um debate sobre um tema atual e elaborando um manual de boas práticas, incorporando simultaneamente novas características e aproveitando as experiências das reuniões à distância realizadas durante a pandemia. Dado que os formatos à distância e híbridos são inadequados para seminários e eventos paralelos, os deputados nacionais e os deputados ao Parlamento Europeu não conseguiram realizar debates políticos não vinculativos e foi impossível manter contactos pessoais e contactos entre grupos políticos. Em contrapartida, durante a pandemia, a declaração final dos copresidentes, que, em tempos normais, geraria menos debate, tornou-se o resultado mais importante e a prova de que os trabalhos sobre a CIP continuaram a decorrer.

### **Principais desenvolvimentos em 2021:**

- A pandemia de COVID 19 continuou a colocar desafios organizacionais ao bom desenrolar das conferências interparlamentares. No entanto, as instalações técnicas permitiram a implementação com êxito de uma CIP em formato híbrido, ligando à distância e em tempo real os deputados e os funcionários dos parlamentos nacionais ao presidente e aos deputados fisicamente presentes na sala de reunião.
- Além disso, foi criada uma copresidência, para as situações em que os dois copresidentes se encontravam em dois locais distintos, com interpretação em direto.
- A CIP foi mantida com êxito como um dos eventos interparlamentares da Presidência rotativa.

### 3. SUPERVISÃO INTERPARLAMENTAR NO ESPAÇO DE LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA

#### 3.1 Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto da Europol

## JPSG on EUROPOL

*O artigo 88.º do TFUE permite, pela primeira vez, que os parlamentos nacionais exerçam, conjuntamente com o Parlamento Europeu, o controlo de uma agência da UE que opera no espaço de liberdade, segurança e justiça. Tendo por base o Regulamento Europol<sup>2</sup>, o Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto (GCPC) da Europol foi criado em 2017 para garantir a plena responsabilização e transparência da Europol. As principais responsabilidades do GCPC estão enunciadas no artigo 51.º do [Regulamento Europol](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex:32016R0794) (<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex:32016R0794>), que define o seu papel no acompanhamento político das atividades da Europol, com especial destaque para o respetivo impacto nas liberdades e nos direitos fundamentais das pessoas singulares.*

*O GCPC é uma estrutura institucional inovadora para o escrutínio parlamentar e realiza duas reuniões por ano: no primeiro semestre, no parlamento do país que exerce a presidência rotativa do Conselho da UE e, no segundo semestre, no Parlamento Europeu.*

Pelo segundo ano consecutivo, devido à pandemia de COVID 19, as reuniões do GCPC foram realizadas por videoconferência. Os organizadores enfrentaram com êxito os desafios práticos inerentes e basearam-se nas suas experiências recentes com este novo formato, que permitiram a realização de reuniões animadas e com elevada participação. Esses esforços asseguraram a continuação do bom funcionamento do GCPC e proporcionaram a todos os membros do GCPC a possibilidade de participarem plenamente nos seus trabalhos. Não obstante o formato mais compacto, foi possível assegurar a estrutura tradicional da reunião, o tempo de debate e a participação de oradores de alto nível.

A **oitava reunião** do GCPC foi coorganizada pelo Parlamento português em 1 e 2 de fevereiro de 2021, por videoconferência. Esta reunião *online* foi copresidida pelo Parlamento Europeu, a partir de Bruxelas e pelo Parlamento português, a partir de Lisboa.

A diretora executiva da Europol, Catherine De Bolle, informou os delegados sobre as atividades da Europol entre setembro de 2020 e fevereiro de 2021. Wojciech Wiewiórowski, da Autoridade Europeia para a Proteção de Dados, apresentou os últimos desenvolvimentos e conclusões sobre as obrigações da Europol em matéria de proteção de dados. O primeiro debate temático centrou-se na criminalidade e na resiliência digital, que é uma das principais prioridades da Comissão numa Europa digital e conectada e uma questão crucial tanto para os parlamentos como para as sociedades.

A segunda parte da reunião centrou-se na revisão do Regulamento Europol e no reforço do mandato da Europol, com declarações de oradores de alto nível, incluindo Ylva Johansson, comissária europeia responsável pelos Assuntos Internos, e Eduardo Cabrita, ministro português

<sup>2</sup> Regulamento (UE) 2016/794 do Parlamento Europeu e do Conselho que cria a Agência da União Europeia para a Cooperação Policial (Europol).



da Administração Interna e presidente do Conselho Justiça e Assuntos Internos da UE. O painel foi seguido de um debate temático intitulado «O impacto da COVID 19 na segurança interna da UE – o papel da cooperação policial».

A evolução processual mais notável foi a prorrogação do mandato do Grupo de Trabalho do GCPC sobre questões pendentes sujeitas a nova revisão no Regulamento Interno do GCPC. Tendo em conta o formato *online* e os condicionalismos de tempo conexos, o presidente do Conselho de Administração da Europol e o presidente do Conselho de Cooperação da Europol apresentaram contributos escritos em vez das suas tradicionais intervenções.

A **nona reunião** do GCPC foi organizada pelo Parlamento Europeu em Bruxelas, em 25 e 26 de outubro de 2021, e teve lugar à distância devido à pandemia. Foi copresidida pelo Parlamento esloveno no âmbito da dimensão parlamentar da Presidência eslovena.

Em conformidade com a prática corrente, a ordem de trabalhos incluiu apresentações pela diretora executiva da Europol e pela Autoridade Europeia para a Proteção de Dados. Os discursos principais foram proferidos pela comissária europeia responsável pelos Assuntos Internos e por Aleš Hojs, ministro do Interior da Eslovénia.

Os debates temáticos com a participação da Procuradoria Europeia e de peritos de alto nível das autoridades nacionais abordaram temas como a criminalidade financeira, a corrupção e a proteção dos interesses financeiros da UE. O segundo tema principal de debate dizia respeito à cooperação na luta contra o abuso de menores o, incluindo a cooperação com países terceiros, particulares e ONG.

Paralelamente aos seus trabalhos de controlo, o GCPC continuou a debater questões processuais relativas a questões pendentes. As mais recentes alterações ao seu regulamento interno foram adotadas por consenso e entraram em vigor em 26 de outubro de 2021. Estas últimas alterações diziam respeito ao observador do GCPC nas reuniões do Conselho de Administração da Europol e à cláusula de revisão.

### **Principais desenvolvimentos em 2021:**

- Assegurar a continuidade das atividades do GCPC sobre a Europol: em 2021, o GCPC afirmou-se enquanto parceiro exigente e empenhado em apoiar a missão da agência de assegurar uma aplicação correta da lei e proteger os cidadãos e as sociedades, especialmente num período de criminalidade organizada, corrupção e extremismo, agravado pela pandemia. Os delegados defenderam o reforço do mandato da Europol e o reforço da cooperação interserviços no domínio da justiça e dos assuntos internos assente no Estado de direito.
- Adaptar a agenda de modo a refletir a evolução mais recente (pandemia, revisão do Regulamento Europol). Conceber formatos adequados para trocas de pontos de vista e reuniões à distância e para garantir um acompanhamento adequado.
- O GCPC adotou o seu regulamento interno revisto.



Juan Fernando López Aguilar, copresidente do grupo de controlo parlamentar conjunto e presidente da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos do PE, e Robert Tekavec, chefe da Secção da Criminalidade de Menores, Divisão Geral da Criminalidade, Direção da Polícia Criminal, Eslovénia, durante a nona reunião do grupo de controlo parlamentar conjunto da Europol

© União Europeia 2021 – Eric VIDAL

### 3.2 Reunião interparlamentar de comissões sobre a avaliação da Eurojust

Desde a sua criação em 2002, a Eurojust tornou-se um interveniente central na cooperação judiciária em matéria penal. Em conformidade com o artigo 85.º do TFUE, os regulamentos da UE que regem a Eurojust «definem igualmente as modalidades de associação do Parlamento Europeu e dos Parlamentos nacionais à avaliação das atividades da Eurojust». Em 2018, o Parlamento Europeu e o Conselho adotaram um novo [Regulamento Eurojust](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32018R1727) (<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32018R1727>)<sup>3</sup>, tendo em vista a definição de um quadro jurídico único e renovado para uma nova Agência para a Cooperação Judiciária Penal (Eurojust) de pleno direito.

A fim de aumentar a transparência e o controlo democrático da Eurojust, o regulamento prevê um mecanismo para a avaliação conjunta das atividades da Eurojust pelo Parlamento Europeu e pelos parlamentos nacionais da UE<sup>4</sup>. Essa avaliação deverá ter lugar no âmbito de uma reunião interparlamentar de comissões organizada pelo Parlamento Europeu nas suas instalações em Bruxelas, com a participação de membros das comissões competentes do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais da UE.

A primeira reunião interparlamentar de comissões sobre a avaliação das atividades da Eurojust foi organizada em 1 de dezembro de 2020 no Parlamento Europeu, em Bruxelas, pela Comissão LIBE do Parlamento Europeu, em cooperação com o Parlamento alemão.

Por razões logísticas, a segunda reunião anual, que deveria ter lugar no final de 2021, teve de ser adiada por algumas semanas, mas finalmente teve lugar em 1 de fevereiro de 2022. Tanto o Parlamento Europeu como os parlamentos nacionais têm todo o interesse em prosseguir este exercício anual, que poderá ser alargado no futuro, eventualmente num formato separado, de modo a incluir a supervisão da recém criada Procuradoria Europeia.

<sup>3</sup> Regulamento (UE) 2018/1727 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de novembro de 2018, que cria a Agência da União Europeia para a Cooperação Judiciária Penal (Eurojust), e que substitui e revoga a Decisão 2002/187/JAI do Conselho (JO L 295 de 21.11.2018, p. 138).

<sup>4</sup> O Regulamento (UE) 2018/1727 faz referência a essas modalidades no ponto 62 do preâmbulo e no artigo 67.º.

## 4. REUNIÕES INTERPARLAMENTARES DE COMISSÕES E OUTRAS FORMAS DE COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR

### 4.1 Reuniões interparlamentares de comissões (RIC)

*As reuniões interparlamentares de comissões (RIC) correspondem ao tipo normal de reunião que é organizada pelo Parlamento Europeu para intercâmbios específicos entre comissões sectoriais sobre questões legislativas e políticas fundamentais ao abrigo dos artigos 9.º e 10.º do Protocolo n.º 1 anexo aos Tratados. O calendário das RIC é transmitido semestralmente pelo Presidente do Parlamento Europeu aos presidentes de todos os parlamentos nacionais.*

*As comissões do Parlamento Europeu organizam anualmente até 20 RIC, convidando as comissões correspondentes dos parlamentos nacionais da UE para debater questões específicas. As RIC demonstraram ser uma forma valiosa de os deputados ao Parlamento Europeu partilharem pontos de vista com os seus homólogos nacionais. As RIC não são apenas um fórum de intercâmbio sobre questões legislativas, contribuindo assim para legislar melhor, mas também uma plataforma para debater questões políticas de interesse comum e reunir com os comissários e o Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança. As RIC são coorganizadas por iniciativa de uma ou mais comissões do Parlamento Europeu, com o apoio da Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais.*

Em 2021, foram coorganizadas 15 RIC por doze comissões parlamentares diferentes<sup>5,6</sup>, proporcionando debates entre 841 deputados dos parlamentos nacionais e 307 do Parlamento Europeu. Todas as RIC em 2021 foram realizadas em formato híbrido e em conformidade com as restrições sanitárias impostas pelo Parlamento Europeu em resposta à pandemia de COVID 19. Alguns deputados ao Parlamento Europeu e oradores participaram a partir das instalações do Parlamento Europeu em Bruxelas, enquanto os deputados nacionais e a maioria dos oradores convidados participaram *online*.

A Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON), a Comissão dos Orçamentos (BUDG), a Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais (EMPL) e a Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar (ENVI) organizaram quatro RIC no âmbito da **Semana Parlamentar Europeia (SPE)**, em **22 de fevereiro**<sup>7</sup>.

A RIC da Comissão **FEMM** intitulada «Somos fortes: As mulheres na linha da frente da luta contra a COVID-19», que também celebrou o **Dia Internacional da Mulher**, realizou-se *online* a partir do Parlamento Europeu, em Bruxelas, em **4 de março**. Debateu a forma como a pandemia de COVID 19 salientou a necessidade da igualdade de género e da emancipação económica das mulheres, a fim de construir sociedades resilientes, melhorar as normas em matéria de emprego, segurança social e pensões para todas as mulheres, especialmente nos setores dominados pelas mulheres, e – de um modo mais geral – como reformar os modelos de prestação de cuidados e o valor

<sup>5</sup> Calendário das atividades interparlamentares com os parlamentos nacionais em 2021: [primeiro semestre](https://www.europarl.europa.eu/cmsdata/235467/Calendar%201st%20semester%202021_rev07.pdf) (https://www.europarl.europa.eu/cmsdata/235467/Calendar%201st%20semester%202021\_rev07.pdf)

<sup>6</sup> Calendário das atividades interparlamentares com os parlamentos nacionais em 2021: [segundo semestre](https://www.europarl.europa.eu/cmsdata/242828/Revised%20Calendar%202nd%20semester%202021_25.11%20.pdf) (https://www.europarl.europa.eu/cmsdata/242828/Revised%20Calendar%202nd%20semester%202021\_25.11%20.pdf)

<sup>7</sup> Para mais informações sobre a SPE, consultar o capítulo 2.1.

do trabalho, incluindo o trabalho de prestação de cuidados não remunerado. Ao mesmo tempo, os participantes analisaram a forma como o processo de tomada de decisão para a adoção e o levantamento das medidas de crise e ao longo de todas as fases de conceção, adoção e execução dos planos de recuperação demonstrou a necessidade de uma representação equitativa entre homens e mulheres em cargos de liderança.

A reunião interparlamentar da Comissão dos Assuntos Constitucionais (**AFCO**) sobre a reforma da lei eleitoral europeia e sobre o direito de inquérito do Parlamento teve lugar à distância em **22 de junho**, a partir do Parlamento Europeu em Bruxelas. A oradora convidada Věra Jourová, vice presidente da Comissão responsável pela pasta «Valores e Transparência», procurou salientar que a Comissão Europeia está a acompanhar de perto a evolução deste dossiê.

Em **27 de setembro**, a Comissão Especial sobre a Luta contra o Cancro (**BECA**) convidou deputados dos parlamentos nacionais a participarem numa reunião interparlamentar por videoconferência intitulada «Travar o cancro: o ponto de vista dos parlamentos nacionais sobre o Plano Europeu de Luta contra o Cancro». A reunião constituiu um bom fórum de debate sobre o projeto de relatório da comissão e sobre o Plano Europeu de Luta contra o Cancro.

Em **8 de novembro**, a Comissão Especial para a Inteligência Artificial na Era Digital (**AIDA**) organizou uma RIC à distância a partir do Parlamento Europeu em Bruxelas. Intitulada «Inteligência artificial e a Década Digital», a reunião foi aberta por Dita Charanzová, vice presidente do PE.



*Dita Charanzová, vice presidente do PE, na reunião interparlamentar de comissões da Comissão AIDA «Inteligência artificial e a Década Digital», 8 de novembro de 2021*

© União Europeia 2021 – Alain ROLLAND

Em **9 de novembro**, teve lugar uma outra reunião interparlamentar da Comissão **AFCO** para debater as expectativas dos parlamentos nacionais no que diz respeito à Conferência sobre o Futuro da Europa. Durante a reunião, os deputados ao Parlamento Europeu, os deputados dos parlamentos nacionais e os três copresidentes do Conselho Executivo da Conferência sobre o Futuro da Europa debateram potenciais vias futuras para a conferência.

A Comissão Especial sobre a Ingerência Estrangeira em Todos os Processos Democráticos na União Europeia, incluindo a Desinformação (**INGE**), convidou deputados dos parlamentos nacionais a participar numa RIC realizada por videoconferência a partir do Parlamento Europeu em Bruxelas, em **9 de novembro**. O primeiro painel de debate, intitulado «Ingerência estrangeira nos processos democráticos na UE», foi aberto por Stefano Sannino, secretário geral do Serviço Europeu para a Ação Externa.



*Raphaël Glucksmann, presidente da Comissão Especial do PE sobre a Ingerência Estrangeira em Todos os Processos Democráticos na União Europeia, incluindo a Desinformação (INGE), e Stefano Sannino, secretário geral do Serviço Europeu para a Ação Externa, na reunião interparlamentar da Comissão INGE intitulada «Ingerência estrangeira nos processos democráticos na UE», 9 de novembro de 2021*

© União Europeia 2021 – Philippe BUISSIN

Em **18 de novembro**, a Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (**AGRI**) organizou uma RIC sobre o desenvolvimento dos planos estratégicos da política agrícola comum (PAC) em cada Estado Membro. Mais uma vez, devido às restrições impostas pela COVID 19 em vigor na altura, a reunião realizou-se no Parlamento Europeu, em Bruxelas, e à distância, por videoconferência.



*Reunião interparlamentar de comissões sobre o desenvolvimento dos planos estratégicos da PAC de cada Estado Membro, 18 de novembro de 2021*

© União Europeia 2021 – Alexix HAULOT

Outra **RIC**, organizada pela Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros (**FEMM**), teve lugar em **30 de novembro**, por ocasião do Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres (25 de novembro), e incluiu as seguintes sessões: violência sexual como arma de guerra (em conjunto com a Subcomissão dos Direitos Humanos [DROI]); combater a violência contra as mulheres e as raparigas com deficiência; ciberviolência (em conjunto com a Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos [LIBE]); e a Convenção de Istambul (em conjunto com a Comissão LIBE). Profissionais de diferentes áreas fizeram apresentações sobre os respetivos domínios de especialização. Os contributos dos deputados dos parlamentos nacionais e dos deputados ao Parlamento Europeu resultaram em animadas trocas de pontos de vista. A RIC foi concluída com um discurso de Roberta Metsola, primeira vice-presidente do PE.



*Evelyn Regner, presidente da Comissão do PE dos Direitos das Mulheres e da Igualdade dos Géneros, Juan Fernando López Aguilar, presidente da Comissão do PE das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, e Roberta Metsola, primeira vice presidente do PE, na reunião interparlamentar de comissões da Comissão FEMM «Eliminar a violência contra as mulheres», 30 de novembro de 2021*

© União Europeia 2021 – Philippe BUISSIN

Em **9 de dezembro**, a Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos (**LIBE**) organizou uma reunião interparlamentar sobre a situação do Estado de Direito na UE. A reunião foi dividida em dois painéis: um dedicado a uma troca de pontos de vista sobre o relatório anual da Comissão sobre o Estado de Direito relativo a 2021 e outro intitulado «O caminho a seguir no que respeita ao mecanismo para a democracia, o Estado de Direito e os direitos fundamentais».

A participação de deputados dos parlamentos nacionais nas RIC registou um aumento drástico de cerca de 170 %, passando de 302 deputados em 2020 para 816 em 2021. Verificou se também um aumento substancial (+ 64 %) na participação dos deputados ao Parlamento Europeu – de 207 em 2020 para 340 em 2021.

O segundo ano da pandemia de COVID 19 acelerou ainda mais a utilização de ferramentas digitais. O aumento significativo da participação dos deputados dos parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu parece ter sido facilitado principalmente pela oportunidade de participar em reuniões à distância sem ter de viajar.

As reuniões à distância, nomeadamente as RIC, têm uma série de aspetos positivos: por não terem de viajar, mais oradores e participantes estão disponíveis, designadamente participantes de alto nível, o que significa uma menor pegada de carbono, sendo muitas vezes uma forma de realizar reuniões mais eficaz para todos os envolvidos, em termos de custos e de tempo.

Em contrapartida, a interação entre os deputados é consideravelmente menor, os debates e os intercâmbios tornam se menos animados e mais difíceis, e faltam debates informais, reuniões bilaterais *in situ* e possibilidades de estabelecer ligações em rede, dado não haver pausas para café, jantares ou almoços. As RIC são também mais curtas, uma vez que as salas de reunião têm de ser desinfetadas para fins sanitários, ao passo que a interpretação integral nem sempre é garantida.

No anexo II encontra se uma lista das RIC organizadas por comissões do Parlamento Europeu em 2021, bem como dados estatísticos mais pormenorizados.

### **Principais desenvolvimentos em 2021:**

- Uma explicação possível para o elevado número de RIC em 2021 é o adiamento de numerosas reuniões de 2020. Além disso, várias comissões temporárias estão a aproximar se do final dos seus mandatos.
- A participação dos deputados nacionais nas RIC aumentou 170 % em comparação com 2020, muito provavelmente devido à participação à distância.
- Todas as RIC foram realizadas em formato híbrido, com alguns deputados ao Parlamento Europeu a participar presencialmente nas instalações do Parlamento Europeu em Bruxelas e outros à distância, juntamente com os seus homólogos dos parlamentos nacionais.

## 4.2 Conferência de Alto Nível sobre Migração e Asilo

*Os movimentos de refugiados e a migração estão no centro das atenções mundiais e têm vindo a ser considerados como um dos principais desafios para a UE nos últimos anos. A chegada contínua de migrantes e de requerentes de asilo à UE revelou uma série de deficiências e lacunas nas políticas da UE em matéria de asilo, fronteiras externas e migração. Lançado em 2020 pelos parlamentos do Trio de Presidências alemã, portuguesa e eslovena, o ciclo das Conferências Interparlamentares de Alto Nível sobre Migração e Asilo na Europa serviu para fomentar os debates parlamentares e promover um amplo diálogo sobre todos os aspetos da migração. Estas conferências reconheceram o importante papel dos parlamentos neste domínio e a necessidade de acertar agulhas sobre ideias comuns com vista a encontrar soluções sólidas e duradouras para os desafios da migração, que foram exacerbados pela pandemia.*

*Em 2021, realizaram-se duas conferências de alto nível, em cooperação com os respetivos parlamentos da Presidência.*

Com base no seu programa de trabalho de 18 de junho de 2020 e na declaração emitida pelos parlamentos da Alemanha, de Portugal e da Eslovénia em 29 de junho de 2020, os parlamentos da Presidência lançaram uma iniciativa para realizar três conferências interparlamentares de alto nível sobre migração e asilo, a organizar pelo Parlamento Europeu em Bruxelas, em cooperação com os respetivos parlamentos da Presidência.

O objetivo destas conferências era gerar um amplo debate entre os deputados sobre as propostas da Comissão em matéria de migração e asilo, de forma a promover a compreensão das respetivas posições sobre estas questões com vista a fazer avançar uma política comum da UE em matéria de migração e asilo e contribuir para as negociações pertinentes no Conselho.

A segunda Conferência de Alto Nível realizou-se em 14 de junho de 2021 no Parlamento Europeu, em Bruxelas (videoconferência com participação à distância), sob os auspícios conjuntos do Parlamento Europeu e do Parlamento português e em cooperação com os outros dois parlamentos no Trio de Presidências (Alemanha e Eslovénia).

A conferência teve muita adesão, contando com a participação de 155 deputados do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais, bem como funcionários e várias comissões e subcomissões do PE (DEVE, AFET, DROI e LIBE). Foi dada especial atenção à dimensão externa das políticas de asilo e migração: estabelecer parcerias abrangentes com os países de origem e de trânsito combatendo as causas profundas da migração e promovendo um ambiente socioeconómico estável nos países terceiros.

Os debates centraram-se igualmente no impacto da pandemia de COVID-19 nas políticas de migração e asilo e na sua dimensão externa. Entre os participantes mais destacados contavam-se António Vitorino, diretor geral da Organização Internacional para as Migrações, Branko Grims, presidente da Comissão dos Assuntos Internos da Assembleia Nacional da Eslovénia, Eduardo Cabrita, ministro português da Administração Interna (em nome da Presidência portuguesa do Conselho), e Detlef Seif, deputado do Parlamento Federal alemão.

A **terceira edição da conferência** realizou-se à distância em 10 de dezembro de 2021, a partir do Parlamento Europeu em Bruxelas. A reunião contou com a participação de cerca de 70 deputados do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais, entre os quais Margaritis Schinas, vice-presidente da Comissão, Stanislav Raščan, secretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros esloveno, Isabel Meirelles, deputada à Assembleia da República, Fabrice Leggeri, diretor executivo da Frontex, Evelien van Roemburg, chefe do Gabinete da Oxfam na UE, em nome da CONCORD

(Confederação Europeia das ONG de Emergência e Desenvolvimento), Nina Gregori, diretora executiva do Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo, e Catherine Woollard, diretora do Conselho Europeu para os Refugiados e Exilados.

A conferência dividiu-se em duas sessões: uma sobre a cooperação multidimensional na criação de parcerias de migração adaptadas com países terceiros e outra sobre a dimensão interna da migração e do asilo na UE um ano após a proposta do Pacto da UE em matéria de Migração e Asilo.



Terceira Conferência Interparlamentar de Alto Nível sobre Migração e Asilo

© União Europeia 2021 – Alexis HAULOT

#### Principais desenvolvimentos em 2021:

- Foi alcançado o objetivo destas conferências de alto nível de estimular um debate interparlamentar sobre todos os aspetos da migração. Os debates foram considerados muito profícuos, tendo uma série de partes interessadas apresentado uma visão holística sobre o tema. Este ano, duas conferências encerraram o ciclo iniciado pelos parlamentos do Trio da Presidência em 2020.
- Devido à pandemia de COVID 19, os eventos foram realizados à distância a partir do Parlamento Europeu em Bruxelas e dos parlamentos da Presidência coanfitriões.

### 4.3 Cooperação interparlamentar em matéria de ação externa da UE e assembleias parlamentares multilaterais

*Para além dos conhecimentos especializados consolidados desenvolvidos através da cooperação em comissões, a Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais tem prestado regularmente apoio ad hoc e tem facilitado as relações com os parlamentos nacionais da UE no âmbito da ação externa da UE para efeitos de eventos multilaterais específicos. Ao longo dos anos, este apoio abrangeu a Semana da Ucrânia, a Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo e a dimensão parlamentar das cimeiras do G7. Em 2021, a Direção intensificou o seu trabalho sobre quadros estruturados de cooperação com os parlamentos nacionais em atividades e eventos não baseados em comissões em vários domínios da ação externa da UE. Foram organizadas iniciativas específicas em cooperação com a Direção Geral das Políticas Externas (DG EXPO) do PE, em domínios como os direitos fundamentais e a democracia, a diplomacia parlamentar, a governação democrática e o desenvolvimento de capacidades, a mediação, os fóruns multilaterais e a observação eleitoral. Estas atividades foram realizadas em estreita cooperação com a DG EXPO e a Direção Geral da Inovação e do Apoio Tecnológico do PE (DG ITEC).*

Nos últimos anos, o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais da UE intensificaram os seus intercâmbios sobre a ação externa da UE, tanto em termos de frequência como de variedade.



A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais contribuiu para a participação dos representantes institucionais do PE em vários eventos deste tipo, incluindo a Semana da Ucrânia (2016), a 10.ª Reunião da Parceria Parlamentar Ásia Europa (ASEP 10, 2018), a dimensão parlamentar da Cimeira do G7 (2019) e a Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo (2019). Estas experiências levaram a Direção a refletir sobre a possibilidade de uma cooperação mais estruturada e contínua entre os órgãos competentes do PE e os seus homólogos nos parlamentos nacionais.

Este exercício consiste em utilizar as fontes de informação e os intercâmbios nas redes interparlamentares<sup>8</sup>, com vista a facilitar o diálogo regular e mutuamente benéfico entre o pessoal e a coordenação voluntária em vários domínios de atividades da ação externa da UE, definida em termos gerais. Este trabalho centra-se em atividades fora das comissões, principalmente sobre os direitos fundamentais e a democracia, os fóruns multilaterais, a diplomacia parlamentar e o reforço das capacidades.

Duas videoconferências convocadas pela DG EXPO do PE – uma realizada conjuntamente para colegas dos parlamentos nacionais, em 22 de setembro de 2020, sobre o apoio à democracia e o reforço das capacidades, e uma sessão do diálogo de sexta-feira («Friday Talk»), em 30 de outubro de 2020, intitulada «Parlamentos nacionais: Parceiros, não Rivais» – demonstraram de que forma a consolidação de quadros estruturados de cooperação com os parlamentos nacionais no domínio das políticas externas pode ser um esforço útil e oportuno.

No contexto do exercício pelo PE da Presidência da Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo, em 2021, a Direção organizou e facilitou uma série de reuniões em que participaram os nossos colegas do Secretariado da Assembleia Parlamentar do PE e representantes dos parlamentos nacionais, a fim de trocar informações e debater iniciativas sobre prioridades políticas e procedimentos administrativos.

Várias reuniões e conferências interparlamentares multilaterais, reuniões da COSAC e outras conferências patrocinadas pelos parlamentos da Presidência em 2021 proporcionaram debates interessantes sobre as relações UE-EUA, a cooperação com os países africanos, a situação na Bielorrússia, na Ucrânia e na Rússia, bem como o papel e as ações da UE em relação a estas questões. As relações entre a UE e o Reino Unido, bem como os Balcãs Ocidentais, foram também temas de debate regulares, confirmando novamente a necessidade e o potencial valor acrescentado de novas formas de intercâmbios interparlamentares regulares neste domínio.

Em 2021, a Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais, em cooperação com a DG EXPO e a DG ITEC do PE, intensificou os seus esforços com vista ao lançamento da rede PE NP de Apoio à Democracia, Direitos Humanos e Reforço de Capacidades e da subsecção dedicada à nova versão 3 do IPEX.

Tendo em conta o interesse mútuo, tanto para o PE como para os parlamentos nacionais, e a sua convicção comum sobre os benefícios da cooperação e dos intercâmbios regulares, a Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais, com o patrocínio do diretor geral da Direção Geral da Presidência do PE, promoveu um projeto estratégico para estabelecer e consolidar formas reforçadas de intercâmbio e coordenação entre os membros da administração do PE e os serviços correspondentes das administrações dos parlamentos nacionais sobre questões selecionadas e eventos multilaterais. Esta cooperação reforçada será prosseguida entre 2022 e 2024 e procurará tirar partido das possibilidades oferecidas pelas diferentes plataformas de intercâmbio com os parlamentos nacionais (IPEX e a rede de representantes do Parlamento).

### **Principais desenvolvimentos em 2021:**

- Estabelecimento de um conjunto comum de objetivos para a DG EXPO e a Direção das

---

<sup>8</sup> Ver também o contributo para o IPEX, nomeadamente sobre o desenvolvimento da secção DSN no IPEX V3.

Relações com os Parlamentos Nacionais, visando o lançamento de um objetivo estratégico para 2022-2024 no âmbito da cooperação interparlamentar com os parlamentos nacionais em atividades e eventos adicionais ao trabalho das comissões.

- Conclusão de uma rede e comunicação estruturadas em matéria de apoio à democracia entre a administração do Parlamento Europeu e as dos parlamentos nacionais, a fim de aumentar o impacto e a eficácia da diplomacia parlamentar, sobretudo na nossa vizinhança imediata, ou seja, os países dos Balcãs Ocidentais e da Parceria Oriental, e mesmo em África. Conclusão de uma secção específica a este respeito no IPEX V3.

#### 4.4 Visitas bilaterais e outros intercâmbios bilaterais

*As visitas bilaterais dos parlamentos nacionais da UE ao Parlamento Europeu são um instrumento e um formato em constante evolução para o diálogo interparlamentar. Este formato constitui um quadro altamente focalizado, adaptado, flexível e eficiente em termos de custos e de tempo para o debate sobre questões que suscitam preocupação a um parlamento nacional específico.*

*Além disso, outras trocas de pontos de vista bilaterais podem ser uma forma útil de cooperação interparlamentar em pequena escala quando os deputados têm de iniciar a colaboração, concentrar-se em temas específicos ou aprofundar a colaboração em domínios concretos de interesse mútuo.*

As visitas bilaterais são tradicionalmente uma forma importante de cooperação interparlamentar. As reuniões realizam-se a vários níveis e em vários formatos, desde os debates políticos de mais alto nível até às visitas de estudo de carácter técnico do pessoal.

Devido à situação da COVID-19 e às regras em vigor no Parlamento Europeu, a instituição não recebeu delegações nem visitas em 2021. No entanto, tiveram lugar uma série de intercâmbios à distância entre deputados ao Parlamento Europeu e deputados dos parlamentos nacionais.

A primeira vice-presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, aceitou convites de vários presidentes da COSAC e das suas comissões para organizar uma série de intercâmbios e visitas. Em abril de 2021, um desses intercâmbios realizou-se por videoconferência com o presidente croata da COSAC e a Comissão dos Assuntos da UE no Parlamento croata. Na medida do permitido pela situação epidemiológica, a primeira vice-presidente Roberta Metsola aceitou convites dos presidentes da COSAC dos parlamentos lituano, estónio e esloveno para visitarem os respetivos parlamentos e câmaras, onde realizou trocas de pontos de vista com os presidentes e as respetivas comissões dos assuntos da UE. A visita final da primeira vice-presidente em 2021 levou-a ao Senado polaco.

O anexo III contém uma lista de visitas e intercâmbios bilaterais.

##### **Principais desenvolvimentos em 2021:**

- Devido à situação epidemiológica e às regras em vigor no Parlamento Europeu, não houve visitas bilaterais dos parlamentos nacionais da UE às instalações do Parlamento Europeu.
- A videoconferência foi o principal formato dos intercâmbios bilaterais em 2021. Espera-se que, no futuro, essa ferramenta continue a ser um importante método de comunicação para intercâmbios bilaterais diretos e direcionados.
- O Parlamento Europeu intensificou as suas relações com os parlamentos nacionais através de intercâmbios formais e informais entre o seu vice-presidente responsável pelas relações com os parlamentos nacionais e a COSAC e vários presidentes da COSAC e as respetivas comissões de assuntos da UE.

## 5. COOPERAÇÃO LEGISLATIVA COM OS PARLAMENTOS NACIONAIS DA UE

### 5.1 Sistema de alerta precoce e Protocolo n.º 2 anexo aos Tratados

*Em virtude do princípio da subsidiariedade (consagrado no artigo 5.º do TUE), nos domínios que não sejam da sua competência exclusiva, a União tem de intervir apenas se e na medida em que os objetivos da ação considerada não possam ser suficientemente alcançados pelos Estados Membros, podendo por isso ser mais bem alcançados ao nível da União. Em virtude do princípio da proporcionalidade, o conteúdo e a forma da ação da União não devem exceder o necessário para alcançar os objetivos dos Tratados.*

*Os Parlamentos nacionais velam pela observância do princípio da subsidiariedade de acordo com o processo previsto no Protocolo n.º 2 anexo ao Tratado da União Europeia e ao Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade. Este Protocolo estabelece um mecanismo de revisão, o sistema de alerta precoce. Qualquer parlamento nacional pode – no prazo de oito semanas a contar da data de transmissão de um projeto de ato legislativo – dirigir aos presidentes das instituições um parecer fundamentado a expor as razões pelas quais considera que o projeto em questão não obedece ao princípio da subsidiariedade.*

#### 5.1.1 Sistema de alerta precoce

No que respeita ao sistema de alerta precoce, os documentos apresentados pelos parlamentos nacionais da UE são considerados de acordo com as seguintes categorias<sup>9</sup>:

1. Pareceres fundamentados: se forem apresentados sob esse título e recebidos no prazo de oito semanas referido no artigo 6.º do Protocolo n.º 2 anexo aos Tratados<sup>10</sup> e indicarem uma inobservância do princípio da subsidiariedade.
2. Contributos: quando não preenchem os critérios acima referidos.

Quando os pareceres fundamentados representem pelo menos um terço dos votos atribuídos aos parlamentos nacionais, o projeto deve ser reapreciado («cartão amarelo»). A instituição autora do projeto de ato legislativo pode decidir mantê-lo, alterá-lo ou retirá-lo, fundamentando a sua decisão. No que se refere aos projetos de atos legislativos sobre a cooperação policial ou judiciária em matéria penal, este limiar é inferior (um quarto dos votos).

Se, no contexto do processo legislativo ordinário, pelo menos uma maioria simples dos votos atribuídos aos parlamentos nacionais puser em causa a conformidade de uma proposta legislativa com o princípio da subsidiariedade, a Comissão deve rever a sua proposta e decidir se a mantém, altera ou retira. Se decidir manter a proposta, a questão é enviada ao legislador (Parlamento Europeu e Conselho) e a Comissão deve justificar a sua decisão (procedimento de «cartão laranja»). Caso o

<sup>9</sup> Ver o documento da Conferência dos Presidentes das Comissões, de 15 de dezembro de 2010, sobre uma abordagem comum para o tratamento, a nível das comissões, dos pareceres fundamentados dos parlamentos nacionais e de outros contributos dos parlamentos nacionais.

<sup>10</sup> Artigo 6.º do Protocolo n.º 2 relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade: qualquer parlamento nacional ou câmara de um parlamento nacional pode, no prazo de oito semanas a contar da data de transmissão de um projeto de ato legislativo, dirigir aos presidentes do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão, numa língua oficial da União, um parecer fundamentado a expor as razões pelas quais considera que o projeto em questão não obedece ao princípio da subsidiariedade. Cabe a cada parlamento nacional ou câmara de um parlamento nacional consultar, nos casos pertinentes, os parlamentos regionais com competências legislativas.

legislador considere que a proposta legislativa não é compatível com o princípio da subsidiariedade, pode rejeitá-la por uma maioria de 55% dos membros do Conselho ou por maioria simples dos votos expressos no Parlamento Europeu. Até à data, o procedimento de «cartão amarelo» foi acionado três vezes<sup>11</sup>, enquanto o procedimento de «cartão laranja» nunca foi acionado.

No Parlamento Europeu, a Comissão dos Assuntos Jurídicos (JURI) é a comissão responsável pelo controlo do cumprimento do princípio da subsidiariedade<sup>12</sup>. De seis em seis meses, um membro da comissão é nomeado relator permanente para a subsidiariedade, com base na rotação entre os grupos políticos.

Nacho Sánchez Amor (S&D) e Gilles Lebreton (ID)<sup>13</sup> desempenharam o papel de relatores permanentes para a subsidiariedade em 2021. A Comissão JURI também elabora regularmente um relatório sobre o relatório anual da Comissão sobre a subsidiariedade e a proporcionalidade.

### 5.1.2 Comunicações dos parlamentos nacionais da UE

Em 2021, o Parlamento Europeu recebeu 226 comunicações dos parlamentos nacionais da UE no âmbito do Protocolo n.º 2 relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade. Destas comunicações, 24 foram pareceres fundamentados e 202 foram contributos.

Em 2020, o Parlamento Europeu recebeu 124 comunicações. Destas, 13 foram pareceres fundamentados e 111 foram contributos.

O aumento de mais de 80 % do número de comunicações recebidas entre 2020 e 2021 pode ser explicado pelo facto de o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais se terem adaptado ao impacto da pandemia de COVID 19 em 2021 e estarem a trabalhar com plena capacidade legislativa, incluindo legislação sobre medidas sanitárias e económicas relacionadas com a pandemia.

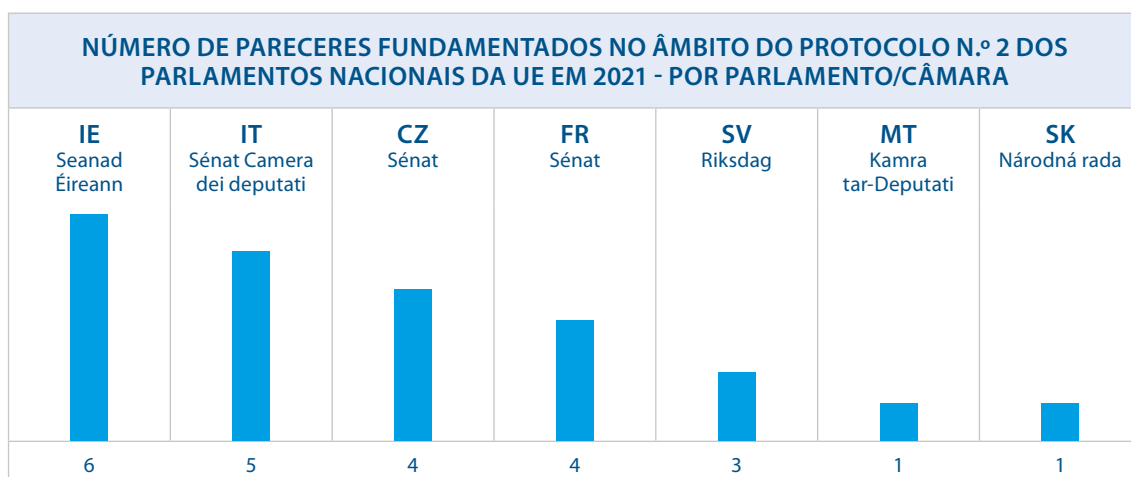
---

<sup>11</sup>O procedimento de «cartão amarelo» foi utilizado em 2012, quando a Comissão apresentou uma proposta de regulamento relativo ao exercício do direito de ação coletiva no contexto da liberdade de estabelecimento e da liberdade de prestação de serviços («Monti II»). A Comissão acabou por retirar a sua proposta, considerando, no entanto, que não se tinha verificado uma infração ao princípio da subsidiariedade. Foi novamente utilizado em 2013, após a apresentação da proposta de regulamento que institui a Procuradoria Europeia. A Comissão decidiu [manter a proposta](https://ec.europa.eu/info/files/communication-review-proposal-establishment-european-public-prosecutors-office_en) (https://ec.europa.eu/info/files/communication-review-proposal-establishment-european-public-prosecutors-office\_en), argumentando que estava em conformidade com o princípio da subsidiariedade. Voltou a ser utilizado em 2016, contra a [proposta de revisão da Diretiva relativa ao destacamento de trabalhadores](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52016PC0128&qid=1469715330216&from=PT) (https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52016PC0128&qid=1469715330216&from=PT). A Comissão avançou numerosas [razões](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52016DC0505&qid=1469715692305&from=PT) (https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52016DC0505&qid=1469715692305&from=PT) para manter a sua proposta, considerando que a mesma não violava o princípio da subsidiariedade porque o destacamento de trabalhadores é, por natureza, uma questão transnacional.

<sup>12</sup>Nos termos do anexo VI, secção XVI, do Regimento do Parlamento Europeu, a Comissão dos Assuntos Jurídicos tem competência em matéria de «interpretação, aplicação e acompanhamento do direito da União e conformidade dos atos da União com o direito primário, nomeadamente a escolha das bases jurídicas e o respeito dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade».

<sup>13</sup>«Socialistas e Democratas» e «Identidade e Democracia» e são grupos políticos do Parlamento Europeu.

### Pareceres fundamentados por parlamento/câmara:



Em 2021, foram recebidos 24 pareceres fundamentados. O gráfico mostra as comunicações por parlamento/câmara.

Em 2021, 7 dos 39 parlamentos/câmaras apresentaram pareceres fundamentados e 18 apresentaram contributos. Os parlamentos mais ativos no envio de pareceres fundamentados foram o Senado irlandês, com seis pareceres fundamentados, e a Câmara dos Deputados italiana, com cinco. Quanto aos contributos, os parlamentos/câmaras mais ativos foram, respetivamente: o Parlamento espanhol, com 53 contributos, e o Parlamento português, com 38. Ver as estatísticas relativas a 2021 no anexo IV.

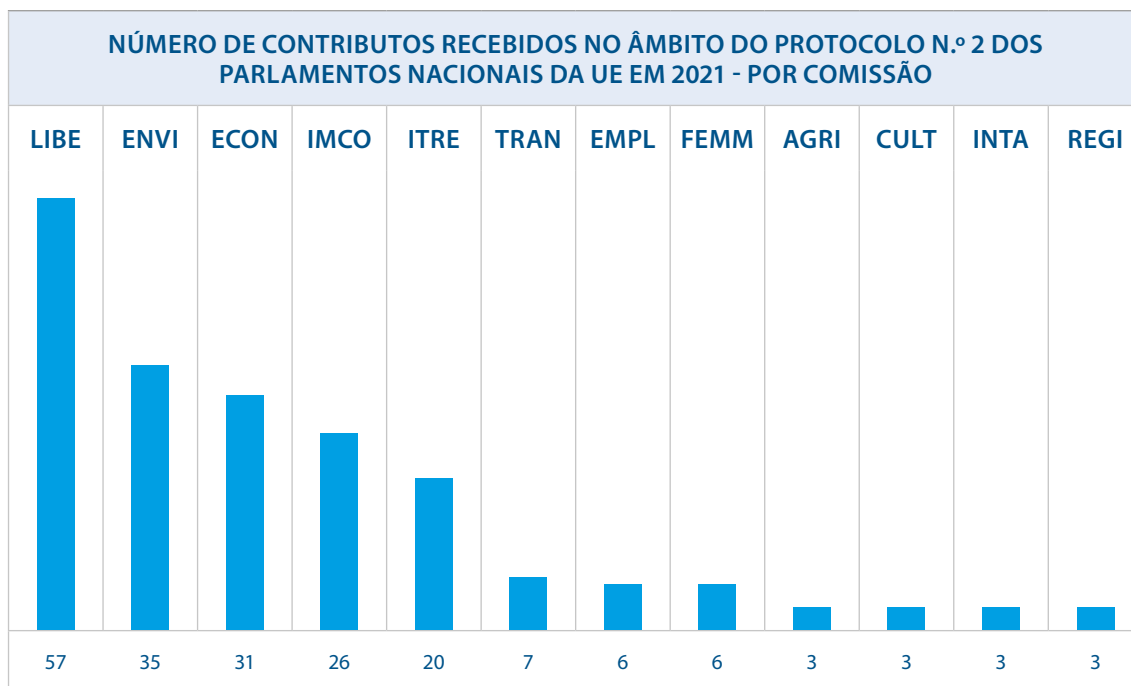
### Contributos por parlamento/câmara:



Em 2021, foram recebidos 202 contributos. O gráfico mostra as comunicações por parlamento/câmara.

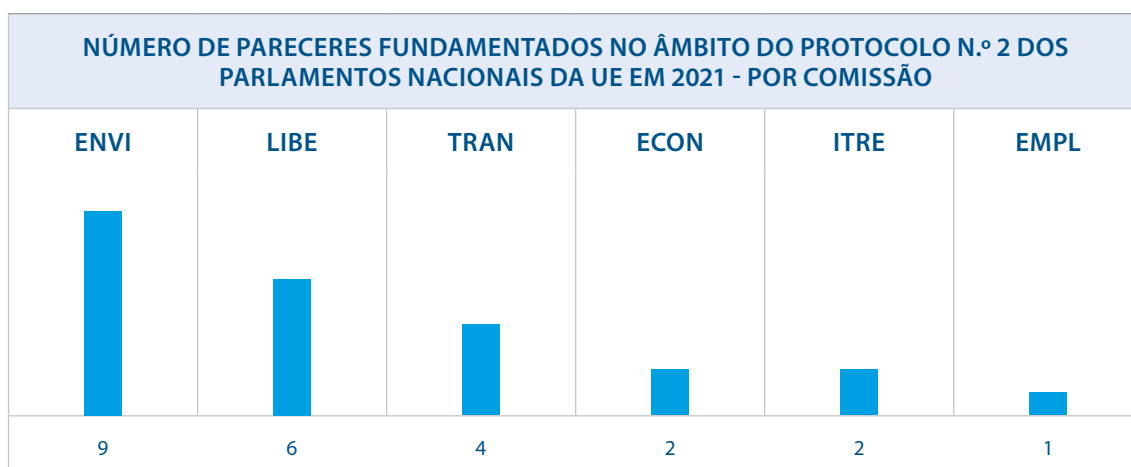
As comissões que receberam mais comunicações foram a Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos (6 pareceres fundamentados e 57 contributos), a Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar (9 pareceres fundamentados e 35 contributos) e a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (2 pareceres fundamentados e 31 contributos).

### Contributos por comissão:



*número de contributos recebidos em 2021, por comissão.*

### Pareceres fundamentados por comissão:



*número de pareceres fundamentados recebidos em 2021, por comissão.*

Desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, em 2009, foi enviado um total de 1 054 projetos de atos legislativos aos parlamentos nacionais, para exame nos termos do Protocolo n.º 2. Em resposta, o Parlamento Europeu recebeu 3 681 comunicações dos Parlamentos nacionais. Dessas, 511 foram pareceres fundamentados (14 %) e as restantes 3 170 foram contributos (86 %).

Estas estatísticas confirmam que os parlamentos nacionais da UE utilizaram o Protocolo n.º 2 como

forma de exprimir os seus pontos de vista mais frequentemente sobre a matéria das propostas do que sobre a subsidiariedade. Tal pode refletir o seu desejo de participarem mais ativamente no verdadeiro processo legislativo.

A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais zela por que todas as comunicações enviadas pelos parlamentos nacionais sejam facultadas aos deputados, aos órgãos políticos e aos serviços do Parlamento Europeu, aos quais fornece, em particular aos relatores, conhecimentos específicos e «briefings» sobre as comunicações dos parlamentos nacionais da UE ao longo de todo o ciclo legislativo, que serviram como contributo para a elaboração de relatórios das comissões e para as negociações do tríplice com o Conselho. A Direção também fornece mensalmente factos, dados e estatísticas sobre o número e a natureza desses documentos através da sua «*State of Play Note*» (Nota sobre o ponto da situação) do Protocolo n.º 2 anexo ao Tratado de Lisboa e gere a base de dados CONNECT<sup>14</sup>, que contém todos os pareceres fundamentados e contributos recebidos dos parlamentos nacionais.

### **Principais desenvolvimentos em 2021:**

- Devido à pandemia de COVID 19, tanto as instituições da UE como os parlamentos nacionais continuaram a ajustar os seus métodos de trabalho legislativo durante um segundo ano consecutivo. Tal pode ser observado no domínio da legislação, em que o número substancial de novas propostas adotadas foi objeto de uma resposta adequada por parte dos parlamentos nacionais ao abrigo do Protocolo n.º 2 em relação a um grande número de contribuições, nomeadamente em resposta a um conjunto de propostas nos domínios da saúde, do ambiente, da justiça e dos assuntos internos.

### **5.1.3 Nota mensal sobre o ponto da situação**

A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais produz mensalmente uma nota sobre o ponto da situação sobre os pareceres fundamentados e os contributos apresentados ao abrigo do Protocolo n.º 2. Essa nota, enviada aos deputados, aos serviços competentes do Parlamento Europeu e aos parlamentos nacionais, apresenta uma panorâmica de todas as comunicações recebidas desde a nota anterior e remete para todos os dossiers legislativos inscritos na ordem do dia do período de sessões seguinte do Parlamento Europeu. A nota também é incluída no dossier da reunião da Conferência dos Presidentes das Comissões do Parlamento Europeu. A nota sobre o ponto da situação também é publicada no sítio Web da Direção antes de cada período de sessões do Parlamento Europeu.

## **5.2 Diálogo político informal e Protocolo n.º 1 anexo aos Tratados**

*O Protocolo n.º 1 anexo ao Tratado da União Europeia e ao Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia permite aos parlamentos nacionais da UE apresentarem observações sobre dossiers legislativos da competência exclusiva da União Europeia, bem como sobre documentos não legislativos, nomeadamente relacionados com debates em curso a nível europeu e livros verdes ou brancos ou comunicações da Comissão. Esses contributos são tratados no âmbito do «diálogo político informal».*

Em 2021, os parlamentos nacionais da UE continuaram a utilizar ativamente este instrumento, tendo apresentado 222 contributos. Neste contexto, os três parlamentos/câmaras mais ativos em 2021 foram o Parlamento espanhol (60), o Senado checo (27) e a Câmara dos Deputados romena (24).

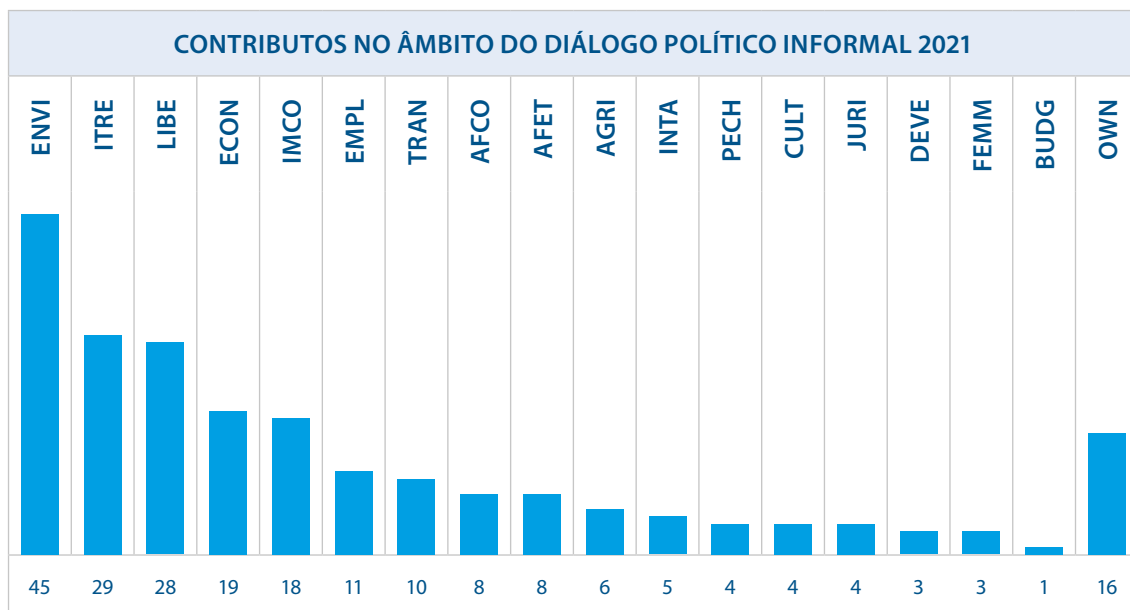
---

<sup>14</sup>Para mais informações, consultar o capítulo 7.2.

CONTRIBUTOS NO ÂMBITO DO DIÁLOGO POLÍTICO INFORMAL 2021			
Country	Parliaments/Chambers	Contributions	
ES	Congreso / Senado	60	
CZ	Sénat	27	
RO	Camera Deputa ilor	24	
IT	Assembleia da República	16	
RO	Senat	16	
CZ	Poslanecká snemovna	13	
FR	Sénat	11	
IT	Camera dei Deputati	11	
DE	Bundesrat	10	
NL	Eerste Kamer	10	
FR	Assemblée Nationale	7	
NL	Tweede Kamer	5	
BE	Sénat	2	
PL	Senat	2	
SK	Národná rada	2	
AT	Nationalrat	1	
DE	Bundestag	1	
FI	Eduskunta	1	
LT	Seimas	1	
IE	Houses of Oireachtas	1	
SE	Rigstag	1	

As quatro comissões que receberam mais contributos do diálogo político informal foram a Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar (ENVI), com 45, a Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia (ITRE), com 29, a Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos (LIBE), com 28, e a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, com 19.





Desde 2009, o Parlamento Europeu recebeu cerca de 2 666 contributos dos parlamentos nacionais da UE ao abrigo do Protocolo n.º 1, que também foram publicados na base de dados CONNECT. O anexo V contém dados estatísticos pormenorizados sobre os contributos recebidos em 2021 no âmbito do diálogo político informal.

#### **Principais desenvolvimentos em 2021:**

- O número de contributos apresentados no âmbito do diálogo político informal aumentou 24 %, passando de 179 em 2020 para 222 em 2021. A razão mais provável é que a Comissão esteve muito ativa a propor nova legislação em resposta à pandemia de COVID 19;
- os parlamentos nacionais apresentaram mais sínteses em inglês nos seus contributos ao abrigo do Protocolo n.º 2 e do Protocolo n.º 1, facilitando o trabalho dos legisladores.

## 6. REDES E INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES

### 6.1 Intercâmbio Interparlamentar de Informação sobre a União Europeia (IPEX)



*O Intercâmbio de Informação sobre a União Europeia (IPEX) apoia a cooperação interparlamentar ao proporcionar uma plataforma e uma rede para o intercâmbio eletrónico de informações relacionadas com a UE entre os parlamentos da UE. O IPEX foi lançado como uma iniciativa dos parlamentos nacionais da UE e desenvolvido com a assistência técnica do Parlamento Europeu. Atualmente, 39 câmaras de 27 parlamentos nacionais, bem como o Parlamento Europeu, utilizam o IPEX nas suas atividades quotidianas. O IPEX é constantemente aperfeiçoado, de modo a satisfazer as necessidades em constante evolução dos seus utilizadores. O objetivo final é tornar o IPEX um balcão único para as atividades interparlamentares.*

*O IPEX tem sido caracterizado como uma ferramenta, uma plataforma e uma rede. Estas três definições demonstram como o instrumento evoluiu. A sua evolução de ferramenta para rede foi lenta, mas está agora a atingir os seus objetivos.*

Em 2021 assistiu-se ao lançamento e à implantação da nova plataforma do IPEX. Este foi o principal objetivo do ano para a Unidade de Cooperação Institucional da Direção, para os colegas que desenvolveram o novo sítio Web da Direção Geral da Inovação e do Apoio Tecnológico (DG ITEC) do PE, para as Presidências do IPEX e para todas as partes interessadas do IPEX em geral. Inicialmente prevista para o primeiro semestre de 2021, sob a Presidência do Parlamento finlandês, a implantação da nova plataforma do IPEX sofreu um atraso de vários meses. O tempo de desenvolvimento foi afetado pelas pressões de trabalho relacionadas com a pandemia de COVID 19. A versão 3 do IPEX (v3) só recebeu luz verde do Conselho de Administração do IPEX em julho de 2021, sob a Presidência alemã. O novo sítio Web do IPEX foi lançado oficialmente em 28 de outubro, em Berlim, durante a reunião dos correspondentes do IPEX organizada pelo Conselho Federal alemão.

Os grupos de trabalho do IPEX dedicaram uma grande parte do seu tempo à preparação do lançamento do sítio Web. O grupo de trabalho sobre Conteúdos descreveu as novas secções do IPEX v3 num guia para os correspondentes do IPEX e acrescentou textos explicativos para tornar o sítio Web mais fácil de utilizar. O grupo de trabalho sobre formação preparou materiais de formação que foram utilizados nos seminários destinados a familiarizar os correspondentes do IPEX com o novo sítio Web. O responsável pela informação do IPEX ofereceu igualmente aos correspondentes, sessões de formação *online*. O grupo de trabalho sobre promoção e redes sociais produziu novos materiais promocionais, incluindo uma brochura sobre o IPEX, vídeos e uma campanha no Twitter, a fim de publicitar o lançamento do IPEX v3.

Tanto as Presidências finlandesa como alemã se dedicaram inteiramente ao lançamento bem sucedido da nova plataforma. Além disso, ambas as Presidências procuraram continuamente desenvolver novos formatos de intercâmbio e comunicação internos (o fórum IPEX NOW e a proposta de grupo de trabalho diretor encarregado de acompanhar os eventuais problemas técnicos e de os retificar em conformidade com os princípios da estratégia digital e das orientações do IPEX). Esses novos formatos de debate interno irão ajudar a identificar as melhores formas possíveis de consolidar a rede num momento em que as reuniões presenciais são muito difíceis,

se não impossíveis. Devem também facilitar novos quadros de debate no âmbito das estruturas de governação do IPEX sobre como uma plataforma nova com capacidades significativamente melhoradas deve funcionar, bem como sobre questões relacionadas.

Uma das principais inovações do IPEX v3 permite aos parlamentos fazer o upload de novos tipos de documentos para a plataforma que não estejam necessariamente relacionados com o parâmetro da subsidiariedade (pareceres fundamentados ou contributos no âmbito do diálogo político). Conhecidos como documentos de iniciativa, esses documentos foram concebidos para incentivar a cooperação interparlamentar em domínios como:

- o quadro financeiro plurianual;
- os acordos internacionais da UE;
- o programa de trabalho da Comissão;
- os contributos parlamentares para o trabalho da Conferência sobre o Futuro da Europa.

A possibilidade de fazer o upload desses novos textos está diretamente relacionada com uma das prioridades do PE em matéria de cooperação interparlamentar: promover uma coordenação mais estreita entre parlamentos e com o PE no quadro da diplomacia parlamentar e do papel dos parlamentos na promoção dos valores fundamentais da UE através da ação externa.

No ano passado, a Unidade de Cooperação Institucional da Direção dedicou a maior parte da sua energia ao lançamento da secção do IPEX sobre a Rede de Apoio à Democracia, que tinha arrancado no final de 2020. Só foi possível conseguir-lo graças ao apoio constante e mútuo de toda a Direção, da Direção Geral da Inovação e do Apoio Tecnológico (DG ITEC), da Direção Geral das Políticas Externas da União (DG EXPO), das Presidências do IPEX, dos membros do conselho de administração do IPEX, do responsável pela informação e de toda a rede do IPEX. A secção da Rede de Apoio à Democracia assinala o início de novas formas reforçadas de cooperação com os parlamentos nacionais, que é um dos objetivos estratégicos para 2022-2024, patrocinado conjuntamente pela DG Presidência e pela DG EXPO e implementado pela Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais em estreita coordenação com os serviços responsáveis da DG EXPO<sup>15</sup>.

O IPEX publica atualmente mais de 105 000 páginas produzidas pelos parlamentos nacionais e pelas instituições da UE, com informações sobre controlo parlamentar em quase 89 000 documentos elaborados pelos parlamentos nacionais e relacionados com cerca de 16 618 dossiers.

Em 2021, 300 732 visitantes individuais acederam ao sítio Web do IPEX. Foram registadas 21 838 014 visualizações de páginas e 30 217 045 visitas. A atualização para a versão v3 do IPEX em julho de 2021 e as alterações ao modo de funcionamento do sistema tiveram um impacto considerável no número de visitas registadas, o que pode explicar por que razão os números são inferiores aos anos anteriores.

O novo sítio Web oferece a oportunidade de abrir ainda mais o IPEX ao mundo exterior. A Presidência alemã mostrou-se muito interessada em aprofundar o intercâmbio com investigadores que utilizam a base de dados IPEX para fins científicos. O sítio Web do IPEX oferece excelentes oportunidades de estudo das atividades parlamentares na UE, incluindo o trabalho interparlamentar.

### **Principais desenvolvimentos em 2021:**

- Lançamento da versão v3 da Plataforma IPEX;
- Aprovação do programa de trabalho (evolutivo) para os próximos três anos de atividades;
- Publicação da secção sobre a Rede de Apoio à Democracia.

---

<sup>15</sup>Ver a nota sobre a cooperação com a DG EXPO.

## 6.2 Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares (CEIDP)



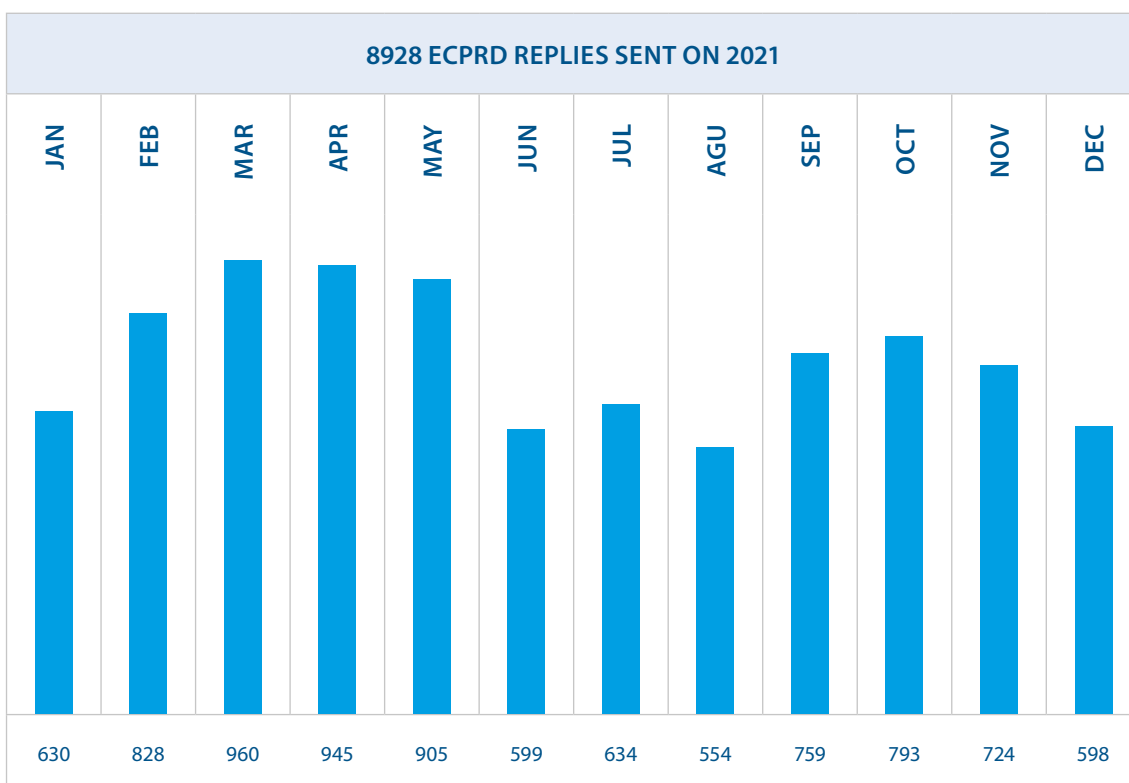
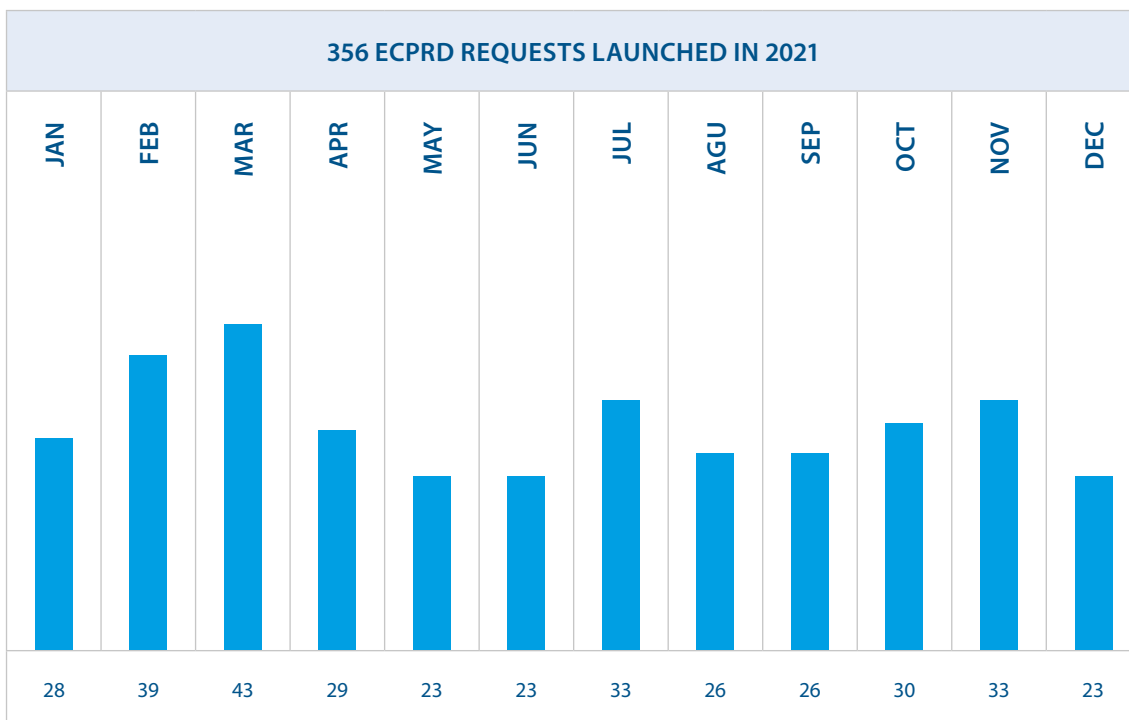
*Gerido conjuntamente pelo Parlamento Europeu e pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, o CEIDP tem como membros 66 câmaras parlamentares (incluindo 39 da UE) de 54 países e instituições da UE. Quase 120 correspondentes e correspondentes suplentes representam os respetivos parlamentos na rede e contribuem para os objetivos principais do CEIDP: promover o intercâmbio de informações e de boas práticas sobre temas de interesse comum. O CEIDP promove a cooperação entre as câmaras, dando início a pedidos comparativos e realizando seminários.*

A COVID 19 continuou a ter um impacto profundo no fluxo de trabalho da rede do CEIDP em 2021. Os seus efeitos sobre a organização do trabalho parlamentar continuam a ser consideráveis, tendo sido enviados inúmeros pedidos para perceber como as outras câmaras estavam a lidar com a situação (ver também o anexo VI).

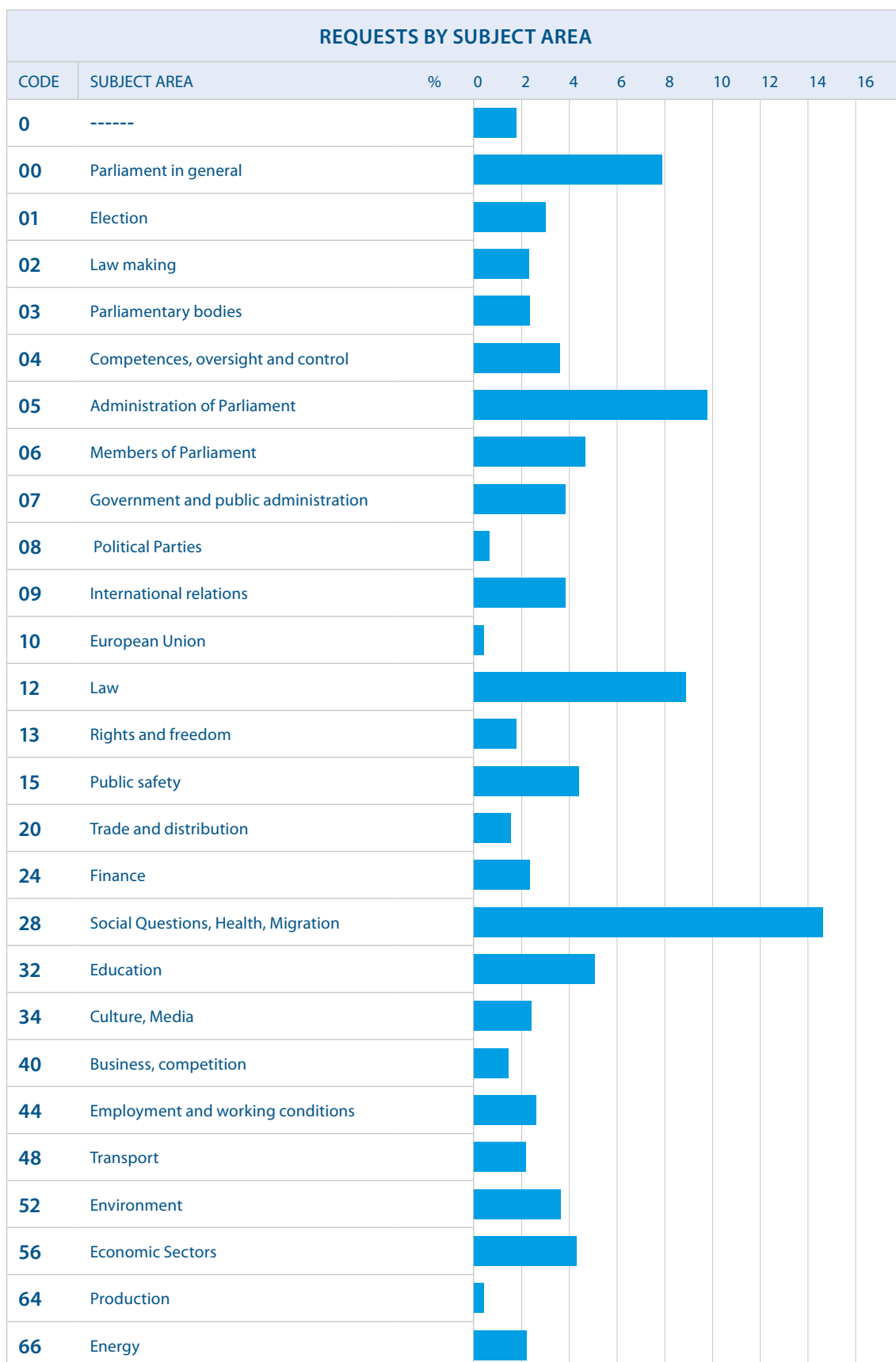
No entanto, tendo em conta a situação epidemiológica do ano passado e o facto de continuar a ser impossível realizar presencialmente eventos internacionais, a rede do CEIDP continuou a aperfeiçoar as suas experiências de organização de seminários e reuniões estatutárias virtuais. Embora não tenha sido possível assegurar as interações pessoais cruciais para uma rede destinada a promover o intercâmbio de informações e de boas práticas, o formato à distância permitiu a realização de muitas mais reuniões e permitiu a participação de muitos colegas dos parlamentos nacionais que, de outro modo, não teriam podido viajar.

### **i. Pedidos de informação comparativa**

Em 2021, os parlamentos membros do CEIDP apresentaram 356 pedidos comparativos à rede, que deram origem a 8 928 respostas: um ligeiro aumento em relação a 2020 (326 pedidos e 8 475 respostas).



Os pedidos de informação abrangeram muitos setores, com especial destaque para os temas relacionados com a organização do trabalho e a administração parlamentar e as questões sociais e de saúde.



A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais também prestou apoio aos serviços do Parlamento Europeu, facilitando e transmitindo os seus pedidos à rede do CEIDP. No total, o

Parlamento Europeu apresentou 14 pedidos à rede do CEIDP em 2021. Este número representa um ligeiro aumento em relação a 2020, ano em que o Parlamento Europeu apresentou 12 pedidos. O Parlamento Europeu forneceu 89 respostas a pedidos de outros parlamentos do CEIDP, um aumento em relação às 81 respostas fornecidas em 2020, um aumento ainda maior em relação às 29 respostas fornecidas em 2019 e às 31 fornecidas em 2018.

## **ii. Sínteses finais**

As sínteses finais são a melhor forma de destacar o enorme número e a utilidade dos pedidos e respostas do CEIDP. Há muito que estavam a ser estudados novos métodos para incentivar a elaboração de sínteses finais. A esse respeito, a nova versão do sítio Web do CEIDP, colocada *online* em outubro de 2020 com o apoio dos serviços informáticos do Parlamento Europeu, visava modificar o painel dos correspondentes a fim de os convidar a apresentar as suas sínteses finais e de dar visibilidade às cujo upload já foi feito para o sítio Web do CEIDP. Na sequência desta reflexão, em 2020, a percentagem de sínteses finais do CEIDP aumentou consideravelmente, tendo 41 % dos pedidos resultado na publicação de uma análise de respostas (em comparação com 16 % em 2019 e 11,3 % em 2018). Infelizmente, esse número baixou para 21 % em 2021.

## **iii. Reuniões estatutárias**

As reuniões do Comité Executivo foram organizadas à distância em 18 de março, 1 de julho e 23 de setembro, a partir do Parlamento Europeu. O principal objetivo dessas reuniões foi a preparação da próxima conferência anual. O Comité Executivo lançou igualmente uma reflexão sobre as recomendações atualizadas do CEIDP sobre a apresentação de pedidos.

Tendo em conta as restrições em matéria de reuniões e viagens que ainda estavam em vigor em vários parlamentos devido à COVID 19, e a fim de dar prioridade à segurança de todos os participantes, a Conferência Anual dos Correspondentes do CEIDP realizou-se novamente à distância e foi organizada pela Câmara dos Comuns em Londres, em 18 de novembro de 2021. Os pontos da ordem do dia incluíram uma apresentação pelo Comité Executivo das orientações atualizadas sobre a apresentação de pedidos ao CEIDP; a cooperação entre o CEIDP e o programa de dados Parline da União Interparlamentar (UIP); relatórios dos coordenadores do CEIDP sobre seminários passados e futuros e uma apresentação sobre as melhorias introduzidas no novo sítio Web do CEIDP. Além disso, foram eleitos quatro novos membros para o Comité Executivo.

## **iv. Seminários**

A pandemia de COVID 19 voltou a afetar a organização de seminários do CEIDP. Os seminários representam uma oportunidade importante para os participantes realizarem intercâmbios de informação e de boas práticas altamente produtivos. Antes de 2020, todos os seminários eram realizados presencialmente e organizados pelos parlamentos nacionais que tinham interesse nos temas específicos em debate. No entanto, desde o surto de COVID 19, todas as reuniões passaram a ser realizadas à distância.

O seminário anual no âmbito do domínio de interesse do CEIDP «Bibliotecas, Serviços de Estudos e Arquivos», organizado em cooperação com o Serviço de Estudos do Parlamento Europeu e a Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais, foi realizado entre 1 e 3 de junho de 2021 como um evento *online*, intitulado «Parliamentary Research Services and Libraries: A year of hope and transition» (Serviços de Estudos e Bibliotecas dos Parlamentos: um ano de esperança e de transição). Esse seminário à distância contou com 90 participantes de 30 câmaras parlamentares e organizações internacionais e proporcionou um fórum de partilha de informações sobre os efeitos de longo prazo do coronavírus nos métodos de trabalho e a resposta das bibliotecas parlamentares à crise.

Rainer Wieland, vice presidente do Parlamento Europeu, e Klaus Welle, secretário geral do Parlamento Europeu, intervieram no seminário, partilhando os seus pontos de vista sobre como o Parlamento Europeu prosseguiu com o seu trabalho durante a pandemia.

O Secretariado do CEIDP esteve igualmente envolvido na organização de oito outros webinários do CEIDP (ver anexo VI C).

#### **Principais desenvolvimentos em 2021:**

- Cooperação reforçada entre a Unidade de Apoio à Governação Económica do PE e o Domínio de Interesse Económico e Orçamental do CEIDP e entre o Serviço de Estudos do Parlamento Europeu e as Bibliotecas, Serviços de Estudos e Arquivos do CEIDP em domínios de interesse e investigação comum;
- Orientações atualizadas do CEIDP para a elaboração de pedidos comparativos adotadas pela Conferência Anual do CEIDP;
- Maior participação nos webinários.

### **6.3 Programas de apoio ao Parlamento na Presidência**

*O Parlamento Europeu tem vindo a promover constantemente uma cooperação estreita entre a sua própria administração e as dos parlamentos nacionais, em especial na fase preparatória da dimensão parlamentar de cada Presidência do Conselho da UE. O Parlamento Europeu oferece a cada novo Parlamento na Presidência a oportunidade de participar num programa organizado para o pessoal colocado em Bruxelas, com vista à preparação das atividades no contexto da dimensão parlamentar da Presidência. O Parlamento Europeu pode conceber, com base em pedidos, necessidades e prioridades concretos, um programa de apoio específico para o Parlamento na Presidência. Esta iniciativa proporciona a oportunidade de estabelecer contactos profissionais e pessoais com todas as partes interessadas e permite a partilha eficaz de informações e conhecimentos especializados, facilitando assim a continuação dos trabalhos e garantindo a coerência. O Parlamento Europeu pode contribuir para o custo do programa numa base partilhada com o respetivo parlamento nacional.*

Nos últimos anos, vários Estados Membros da UE assumiram, pela primeira vez, a Presidência do Conselho da UE. Os parlamentos destes países mostraram se particularmente interessados nos Programas do Parlamento Europeu de apoio ao Parlamento na Presidência. Com efeito, uma vez que se revelou um instrumento tão útil durante a fase preparatória das Presidências, e tendo em conta a evolução contínua da cooperação interparlamentar, a Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais decidiu alargar o programa a todas as futuras Presidências. Nos últimos anos, as Presidências do Conselho da UE colocaram mais ênfase e investiram mais na dimensão parlamentar, com vista a aumentar o número de eventos, reuniões e iniciativas que realizam durante o semestre da sua Presidência, em comparação com o que se fazia há uma década.

A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais trabalhou na adaptação do programa de apoio ao Parlamento na Presidência às circunstâncias específicas devido às quais as deslocações e as reuniões presenciais estavam limitadas em 2021 e ofereceu «visitas virtuais» às próximas Presidências eslovena e francesa.

O programa para os funcionários do Parlamento esloveno, a maioria dos quais estão sediados em Liubliana, baseou-se numa série de reuniões à distância em vez da visita habitual a Bruxelas. Foram realizadas cinco reuniões em março e abril de 2021. Incluíram intercâmbios com vários colegas



do secretariado do Parlamento Europeu, que partilharam as suas experiências relativamente à organização de diferentes eventos e atividades: a visita da Conferência dos Presidentes à capital da Presidência, a Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Cooperação e Governança Económica; reuniões da COSAC; a Conferência sobre a PESC/PCSD; o grupo de controlo parlamentar conjunto da Europol e a reunião interparlamentar de comissões sobre a Eurojust.

O objetivo dessas reuniões foi criar os contactos necessários entre os funcionários do país da Presidência e o pessoal do Parlamento Europeu e proporcionar uma oportunidade para um intercâmbio inicial de informações sobre procedimentos, temas e ordens do dia de futuros eventos e atividades.

A Assembleia Nacional e o Senado franceses mostraram-se interessados em estabelecer contactos e aprender com as experiências dos serviços do Parlamento Europeu sobre como gerir reuniões à distância e híbridas, especialmente as que envolvem um grande número de ligações, participantes e línguas. No entanto, devido a restrições relacionadas com as eleições presidenciais francesas, não foi possível encontrar uma data adequada para um programa de apoio ao Parlamento na Presidência com o Parlamento francês, havendo apenas tempo para intercâmbios sobre questões técnicas.

#### **Principais desenvolvimentos em 2021:**

- No primeiro semestre de 2021, foi concebido e proposto ao Parlamento esloveno um programa totalmente *online* de apoio ao Parlamento na Presidência, a fim de o preparar para a Presidência no segundo semestre de 2021;
- Os funcionários da Assembleia Nacional e do Senado franceses mostraram-se particularmente interessados em aprender com as experiências do Parlamento Europeu relativamente à organização de reuniões multilingues à distância, com muitos participantes e línguas.

## **6.4 Rede de representantes dos parlamentos nacionais da UE em Bruxelas**

*A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais acolhe e alberga os representantes administrativos designados pelos parlamentos/câmaras nacionais para o Parlamento Europeu. Desde 1991, com o intuito de reforçar a cooperação interparlamentar com a UE, o Parlamento Europeu disponibiliza gratuitamente aos representantes, mediante pedido, gabinetes e outros espaços internos nas suas instalações em Bruxelas e Estrasburgo.*

Os parlamentos nacionais da UE enviam funcionários nacionais a Bruxelas para facilitar as relações com a UE. Atualmente, 55 funcionários dos 27 parlamentos nacionais da UE ocupam 43 gabinetes nas instalações do Parlamento Europeu<sup>16</sup>. Estes representantes são funcionários nacionais que, para além das funções administrativas que lhes foram atribuídas, são responsáveis pela partilha mútua de informações (fluxo recíproco entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais da UE), um fator essencial nos assuntos da UE.

Os representantes trabalham no mesmo edifício que alberga a Direção, o que dá origem a inúmeras sinergias e facilita os intercâmbios. Em 2020, devido à pandemia de coronavírus, a Direção e os representantes passaram, com êxito, para um regime predominantemente de teletrabalho, tal como a maior parte da administração do Parlamento Europeu, na sequência de instruções do presidente do Parlamento Europeu e do seu secretário geral. A situação prosseguiu em 2021.

<sup>16</sup>Situação a 17 de janeiro de 2022, incluindo o Secretariado da COSAC e o responsável pela informação do IPEX.

Uma lista dos representantes dos parlamentos nacionais está disponível em:

[www.europarl.europa.eu/relnatparl/en/networks/representatives-of-national-parliaments](http://www.europarl.europa.eu/relnatparl/en/networks/representatives-of-national-parliaments)

Principais desenvolvimentos/desafios em 2021:

- A continuação do regime predominantemente de teletrabalho devido à pandemia de coronavírus.

## 6.5 Seminários para o pessoal

*Tal como o Parlamento Europeu afirmou na sua resolução de 2018 sobre a aplicação das disposições do Tratado relativas aos parlamentos nacionais<sup>17</sup>, «uma melhor interação e um melhor intercâmbio de informações entre os deputados do Parlamento Europeu e os deputados dos parlamentos nacionais poderiam contribuir para melhorar o escrutínio do debate europeu a nível nacional e assim promover uma cultura parlamentar e política genuinamente europeia». Em 2019, a Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais organizou uma série de seminários para o pessoal dos parlamentos/câmaras nacionais da UE. O objetivo era reunir membros do pessoal dos parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu, a fim de apresentar e debater temas europeus relevantes, promover a aprendizagem interpares e proceder ao intercâmbio de boas práticas.*

Para além da cooperação interparlamentar a nível político, um importante desenvolvimento nos últimos anos foi a organização de seminários para o pessoal, a fim de facilitar os intercâmbios técnicos ao nível do pessoal. Os seminários para o pessoal constituem uma plataforma importante para a administração do Parlamento realizar intercâmbios mais específicos centrados em domínios de interesse comum. São um elemento dinâmico do trabalho, tanto do PE, como dos parlamentos nacionais da UE.

A Unidade de Apoio à Governação Económica continuou a organizar seminários *online* sobre a partilha das informações mais recentes sobre o Semestre Europeu, incluindo as prioridades económicas e o reforço da cooperação sobre o ciclo do Semestre Europeu, bem como a melhoria da sua compreensão, através da partilha de conhecimentos e do intercâmbio de boas práticas. Em 2021, foram organizados seis seminários desta natureza.

### Principais desenvolvimentos em 2021:

- Continuação dos seminários *online* para o pessoal no domínio da governação económica, apesar dos desafios colocados pela pandemia da COVID 19.

---

<sup>17</sup>Resolução do Parlamento Europeu, de 19 de abril de 2018, sobre a aplicação das disposições do Tratado relativas aos parlamentos nacionais (JO C 390 de 18.11.2019, p. 121).

## 7. FERRAMENTAS E ATIVIDADES DE APOIO

### 7.1 Organização de reuniões à distância e videoconferências

*Ainda antes da pandemia de COVID 19, o Parlamento Europeu tinha utilizado as videoconferências como uma ferramenta para facilitar a cooperação interparlamentar. Há muito que o Parlamento Europeu dispõe de soluções técnicas que permitem a realização de videoconferências com uma qualidade muito elevada de imagem e de som, bem como a interpretação em várias línguas. No entanto, antes de 2020, o recurso às videoconferências era limitado. No início da crise sanitária em 2020, a necessidade de adaptar e melhorar a forma de trabalhar e cooperar à distância conduziu a um enorme salto digital e técnico na organização de reuniões parlamentares à distância. Continuaram a ser amplamente realizadas com o prosseguir da crise sanitária em 2021.*

O Parlamento Europeu, devido à sua composição específica, com deputados de 27 países diferentes, está, há muito, ciente dos benefícios das videoconferências: permitem um contacto mais regular entre os deputados, reduzindo simultaneamente o tempo de viagem, os custos e a pegada de carbono. Em suma, as videoconferências são uma ferramenta eficaz em termos de custos e respeitadora do ambiente para organizar reuniões, pelo que foram investidos recursos adequados para apoiar a sua realização. Além disso, registaram-se progressos consideráveis no domínio das tecnologias digitais em 2020 e em 2021.

A situação epidemiológica em 2021 não melhorou o suficiente para permitir uma retoma geral das deslocações ou a organização de grandes reuniões presenciais. No entanto, a cooperação interparlamentar parece não ter sido muito prejudicada, pelo menos em termos do número de reuniões e de atividades organizadas. A maioria dos parlamentos adotou soluções técnicas adequadas para apoiar a realização de reuniões à distância, que foi o canal normal para a comunicação e a cooperação interparlamentar.

Os debates à distância e as reuniões híbridas tornaram-se praticamente a norma, embora os deputados dos parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu tenham sentido a falta dos intercâmbios presenciais e dos contactos pessoais mais interativos. As reuniões à distância demonstraram igualmente ser um formato particularmente eficiente para sessões informais de informação, reuniões ad hoc e intercâmbios específicos com oradores de alto nível. Neste contexto, vale a pena mencionar que a Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da União, organizada à distância pela Presidência alemã em maio de 2021, adotou um documento intitulado «Enhanced interparliamentary cooperation through modern technology» (Reforço da cooperação interparlamentar através de tecnologias modernas) e debateu como a digitalização afeta a democracia representativa.

Tal como no início da pandemia, em 2021 o Parlamento Europeu continuou a utilizar uma plataforma para as reuniões multilingues, com interpretação nas reuniões das comissões e nas conferências interparlamentares.

#### **Principais desenvolvimentos em 2021:**

- Tal como no ano anterior, as reuniões à distância realizadas por videoconferência foram o canal normal para a comunicação interparlamentar em 2021, desde reuniões bilaterais informais por videoconferência até conferências complexas de alto nível com muitos participantes. As reuniões à distância ou híbridas passaram a ser a norma;
- Continuou a haver uma grande participação dos deputados dos Parlamentos nacionais, dos deputados ao Parlamento Europeu e dos oradores de alto nível em reuniões à distância, estando, aparentemente, estes últimos mais facilmente disponíveis para participar em reuniões realizadas à distância do que em intercâmbios presenciais;
- O Parlamento Europeu continuou a melhorar as suas capacidades técnicas de realização de reuniões à distância.

## 7.2 CONNECT – a base de dados de documentos dos parlamentos nacionais

### CONNECT

*A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais disponibiliza aos deputados europeus (em particular aos relatores) e aos órgãos políticos e serviços do Parlamento Europeu conhecimentos específicos sobre os contributos dos parlamentos nacionais, ao abrigo dos Protocolos n.ºs 1 e 2, ao longo de todo o ciclo legislativo. Neste contexto, a Direção gere a base de dados [CONNECT](https://www.europarl.europa.eu/relnatparl/en/subsidiarity-and-ipd/welcome) (<https://www.europarl.europa.eu/relnatparl/en/subsidiarity-and-ipd/welcome>), que inclui todos os documentos apresentados pelos parlamentos nacionais desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, ao abrigo dos Protocolos n.ºs 1 e 2. Os pareceres fundamentados relativos ao sistema de alerta precoce estão disponíveis em todas as línguas oficiais da UE.*

*Desde 2017 que a base de dados CONNECT pode ser consultada no sítio Web da Direção. Todas as informações contidas na base de dados CONNECT, incluindo os pareceres fundamentados e os contributos recebidos dos parlamentos nacionais, estão diretamente disponíveis na aplicação eCommittee, o espaço de trabalho comum das DG IPOL e EXPO, no processo a que se referem. Tal aplica-se não só aos pareceres fundamentados, como também a todos os contributos recebidos dos parlamentos nacionais.*

A base de dados CONNECT permite aos relatores, aos deputados, aos assistentes e ao pessoal dos secretariados das comissões, bem como a todas as partes interessadas externas, ter uma panorâmica atualizada e abrangente de todos os contributos recebidos dos parlamentos nacionais a qualquer momento relativos a um determinado processo legislativo. Em 2021, foram apresentados, no total, 345 documentos: 123 (36 %) no âmbito do controlo da subsidiariedade previsto, no Protocolo n.º 2, e 222 (64 %) no quadro do Diálogo Político Informal.

Em 1 de janeiro de 2022, encontravam-se, no total, 6 347 documentos (pareceres fundamentados e contributos) dos parlamentos nacionais da UE na base de dados CONNECT. 3 681 (58 %) foram apresentados no âmbito do controlo da subsidiariedade previsto no Protocolo n.º 2 e 2 666 (42 %) foram apresentados no quadro do Diálogo Político Informal.

#### **Principais desenvolvimentos em 2021:**

- A base de dados CONNECT foi atualizada de modo a torná-la compatível com a receção automática de contributos através da nova plataforma de envio de contributos dos parlamentos nacionais (NPS).

### 7.3 Diretório de correspondência entre comissões (CorCom)

## CORCOM

*O diretório de correspondência entre comissões (CorCom) é um recurso de informação sobre as comissões dos parlamentos nacionais correspondentes às comissões do Parlamento Europeu. Também contém informações sobre os diferentes secretariados das comissões dos parlamentos nacionais da UE e do Parlamento Europeu. As informações contidas no diretório são fornecidas pelos representantes permanentes dos parlamentos nacionais da UE com sede em Bruxelas.*

*A CorCom é um instrumento útil para estabelecer ligações entre as comissões do Parlamento Europeu e as comissões homólogas dos parlamentos nacionais. Também contém informações sobre as presidências e os secretariados das comissões, o que é particularmente útil para reforçar a cooperação entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais.*

Na sequência da adoção de uma resolução, em maio de 2009<sup>18</sup>, sobre o desenvolvimento das relações entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais (relator: Elmar Brok), o Regimento do Parlamento Europeu foi revisto em conformidade e prevê agora que «uma comissão pode encetar diretamente um diálogo com os parlamentos nacionais a nível de comissões, dentro dos limites das dotações orçamentais reservadas para esse efeito. Este diálogo pode incluir formas adequadas de cooperação pré legislativa e pós legislativa» (artigo 150.º, n.º 3, do Regimento).

A aplicação CorCom está constantemente a ser melhorada e atualizada para ir ao encontro das necessidades em constante evolução dos utilizadores. Nos últimos anos, tornou-se uma aplicação baseada na Web<sup>19</sup> e é agora muito mais fácil de utilizar e está equipada com um conjunto de novas funcionalidades. Em 2021, a aplicação recebeu 4 612 visitas por parte de 264 utilizadores, ao passo que as suas páginas Web receberam 187 059.

---

<sup>18</sup>Resolução do Parlamento Europeu, de 7 de maio de 2009, sobre o desenvolvimento das relações entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais ao abrigo do Tratado de Lisboa (JO C 212 E de 5.8.2010, p. 94).

<sup>19</sup>A CorCom destina-se exclusivamente a uso interno. Encontra-se disponível na Intranet do Parlamento Europeu.

## 7.4 Publicações da Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais

*A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais é responsável por uma série de publicações.*

*Uma delas, a «Spotlight on Parliaments in Europe», sintetiza informações sobre determinadas questões de atualidade e é distribuída pelos parlamentos na rede CEIDP.*

*A «Weekly Agenda» fornece informações sobre as atividades que envolvem os parlamentos nacionais, com vista a aumentar a transparência e a visibilidade das inúmeras atividades interparlamentares realizadas.*

*A «State of Play Note» fornece informações sobre os contributos recebidos dos parlamentos nacionais.*

A «Spotlight on Parliaments in Europe» sintetiza informações sobre determinadas questões de atualidade e é distribuída pelos parlamentos na rede CEIDP.

Em 2021, a Direção preparou cinco edições:

- Spotlight n.º 33, fevereiro de 2021, Ponto da situação no que respeita a medidas contra a COVID 19 nos parlamentos;
- Spotlight n.º 34, março de 2021, Avaliação do impacto de género da legislação;
- Spotlight n.º 35, julho de 2021, Estatuto e financiamento dos partidos políticos e das fundações políticas;
- Spotlight n.º 36, setembro de 2021, Organização das sessões plenárias;
- Spotlight n.º 37, dezembro de 2021, Obrigação governamental de fornecer informações adequadas sobre os projetos de lei.

As publicações estão disponíveis no [sítio Web da Direção](https://www.europarl.europa.eu/relnatparl/en/home/publications) (<https://www.europarl.europa.eu/relnatparl/en/home/publications>).

A «Weekly Agenda» é enviada por correio eletrónico às sextas feiras a todos os deputados e serviços do Parlamento Europeu. Em 2021, foram enviadas 41 «Weekly Agenda». A publicação abrange os eventos interparlamentares das duas semanas seguintes, como as visitas bilaterais, as conferências interparlamentares e as reuniões interparlamentares de comissões. São fornecidas informações sobre a data, o local e os serviços do PE envolvidos.

A Direção produz mensalmente uma «State of Play Note» sobre os pareceres fundamentados e os contributos apresentados pelos parlamentos nacionais (ver capítulo 5.1.3).

Também gere um sítio Web com informações sobre as suas futuras atividades e publicações.

## 8. DIREÇÃO DAS RELAÇÕES COM OS PARLAMENTOS NACIONAIS

Apesar das expectativas, 2021 não foi o ano do regresso à normalidade. Tal como 2020, revelou ser um ano difícil, embora, em muitos aspetos, por motivos diferentes. A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais procurou assegurar a continuidade das suas atividades, a fim de prestar um apoio de elevada qualidade aos deputados ao Parlamento Europeu e aos seus vários parceiros, prosseguir a cooperação institucional e o diálogo legislativo com os parlamentos nacionais da UE e prestar assistência em numerosos eventos interparlamentares.

A Direção presta apoio às atividades interparlamentares, contribui para a implementação das disposições do Tratado em matéria de cooperação interparlamentar e funciona como um centro de conhecimento que reúne informação sobre os parlamentos nacionais da UE. Além disso, representa o Parlamento Europeu nas redes administrativas de cooperação interparlamentar, gere as relações com os funcionários que representam os parlamentos nacionais da UE em Bruxelas e mantém ligações estreitas com as respetivas administrações.

A Direção agradece o apoio contínuo do secretário geral e do secretário geral adjunto, bem como de todos os serviços das direções gerais do Parlamento Europeu com quem coopera.

Diretora: **Katrin Ruhmann**

A Direção é composta por duas unidades:

### Unidade do Diálogo Legislativo

A Unidade do Diálogo Legislativo é essencialmente responsável pelo diálogo político e legislativo com os parlamentos nacionais. Planeia, coordena e organiza reuniões interparlamentares a nível das comissões, incluindo reuniões interparlamentares de comissões, a Semana Parlamentar Europeia e o GCPC da Europol. Também assegura o controlo da observância do princípio da subsidiariedade e o seguimento, com os relatores e as comissões, da aplicação do Protocolo n.º 2 relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade. A Unidade também organiza seminários temáticos que reúnem as administrações do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais e é responsável pelas bases de dados CONNECT e CorCom.

Chefe de Unidade: **Jesús Gómez**

### Unidade de Cooperação Institucional

Os domínios de competência da Unidade de Cooperação Institucional incluem a cooperação multilateral regulamentada, ou seja, a Conferência dos presidentes dos parlamentos da UE, as reuniões dos secretários gerais dos parlamentos da UE e a COSAC. A Unidade também lida com as redes estabelecidas, nomeadamente o IPEX e o CEIDP, e gere a cooperação com a DG EXPO, a coordenação dos programas de apoio ao «Parlamento na Presidência» e as visitas de desenvolvimento de capacidades.

Chefe de Unidade: **Anne Louise McLauchlan**

O presente relatório, bem como outras informações sobre as relações do Parlamento Europeu com os parlamentos nacionais da UE, pode ser consultado no [sítio Web do Parlamento Europeu](#):

<https://www.europarl.europa.eu/relnatparl/en/home/annual-reports>

## **ANEXOS**



## ANEXO I – Reuniões da COSAC – Temas e principais oradores 2021

Evento da COSAC	Local, data	Temas	Principais oradores/ intervenientes do Parlamento Europeu
Reunião dos presidentes da COSAC	Videoconferência, 11 de janeiro de 2021	I – Prioridades da Presidência portuguesa do Conselho da União Europeia II – Recuperação e Resiliência da União Europeia	
Troca informal de pontos de vista com Michel Barnier, chefe do Grupo de Trabalho das Relações com o Reino Unido, e os presidentes das Comissões de Assuntos Europeus dos parlamentos nacionais da UE e do Parlamento Europeu	Videoconferência, 25 de janeiro de 2021	Acordo de Comércio e Cooperação UE Reino Unido	
Troca informal de pontos de vista com os presidentes da COSAC e Věra Jourová, vice presidente da Comissão Europeia	Videoconferência, 28 de janeiro de 2021	Plano de Ação para a Democracia Europeia	
Troca informal de pontos de vista com os presidentes da COSAC e Stella Kyriakides, vice presidente da Comissão Europeia	Videoconferência, 8 de fevereiro de 2021	União Europeia da Saúde	
Troca informal de pontos de vista com Valdis Dombrovskis, vice presidente executivo da Comissão Europeia, e os presidentes da COSAC e o Parlamento Europeu	Videoconferência, 7 de abril de 2021	Mecanismo de Recuperação e Resiliência e Revisão da Política Comercial	
Reunião plenária da LXV COSAC	Videoconferência, 31 de maio e 1 de junho de 2021	I – Presidência portuguesa do Conselho da UE II – Europa social: que modelo adotar para a tripla transição económica, digital e climática? III – Execução dos planos nacionais de recuperação e resiliência – o papel dos parlamentos nacionais IV – Conferência sobre o Futuro da Europa: ponto da situação	Roberta Metsola, primeira vice presidente do Parlamento Europeu Guy Verhofstadt, Deputado ao Parlamento Europeu Antonio Tajani, presidente da Comissão AFCD do Parlamento Europeu
Reunião dos presidentes da COSAC	Videoconferência, 19 de julho de 2021	I – Prioridades da Presidência eslovena do Conselho da União Europeia II – Cibersegurança na UE – Reforçar a resiliência das infraestruturas críticas e a ciberdefesa	Roberta Metsola, primeira vice presidente do Parlamento Europeu
Troca de pontos de vista com Margrethe Vestager, vice presidente executiva da Comissão Europeia responsável por Uma Europa Preparada para a Era Digital, e os presidentes das Comissões de Assuntos Europeus dos parlamentos nacionais da UE e do Parlamento Europeu	Videoconferência, 12 de outubro de 2021	Pacote sobre os serviços digitais (Regulamento Serviços Digitais e Regulamento Mercados Digitais), Conselho de Comércio e Tecnologia, imposto mínimo mundial da OCDE sobre as empresas	
	Videoconferência, 8 de novembro de 2021	Transição energética	
Reunião plenária da LXVI COSAC	Videoconferência, 29 e 30 de novembro de 2021	I – Resultados da Presidência eslovena do Conselho da UE II – Trabalhar no sentido de uma perspetiva europeia dos Balcãs Ocidentais III – O futuro papel dos jovens nos processos de tomada de decisão da UE e fora dela IV – Conferência sobre o Futuro da Europa	Roberta Metsola, primeira vice presidente do Parlamento Europeu Guy Verhofstadt, Deputado ao Parlamento Europeu

Para informações mais pormenorizadas sobre as ordens do dia das reuniões da COSAC publicadas pelas presidências, consulte o sítio Web do IPEX: [www.ipex.eu](http://www.ipex.eu)

## ANEXO II – Reuniões interparlamentares de comissões e conferências interparlamentares organizadas pelo Parlamento Europeu em Bruxelas em 2021

NÚMERO DE PARTICIPANTES							
Data	European Parliament committee	Evento		Parlamentos nacionais			Parlamento Europeu
		Tipo de reunião	Título da reunião	Deputados	Parlamentos	Câmaras	Deputados
22 de fevereiro de 2021	ECON ENVI EMPL BUG	Semana Parlamentar Europeia: Sessão plenária	Conferência do Semestre Europeu – Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação e Governação Económica na UE	155	26	36	Presença física: 12 e ligação à distância
22 de fevereiro de 2021	ECON	Semana Parlamentar Europeia: Reunião interparlamentar de comissões	Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na UE	59	23	29	Presença física: 18 e ligação à distância
22 de fevereiro de 2021	BUDG	Semana Parlamentar Europeia: Reunião interparlamentar de comissões	Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na UE	63	21	26	Presença física: 12 e ligação à distância
22 de fevereiro de 2021	EMPL	Semana Parlamentar Europeia: Reunião interparlamentar de comissões	Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na UE	41	13	17	Presença física: 13 e ligação à distância
22 de fevereiro de 2021	ENVI	Semana Parlamentar Europeia: Reunião interparlamentar de comissões	Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na UE	39	15	20	Presença física: 13 e ligação à distância
4 de março de 2021	FEMM	Reunião interparlamentar de comissões	Dia Internacional da Mulher: «Somos fortes: As mulheres na linha da frente da luta contra a COVID 19»	61	23	31	Presença física: 17 e ligação à distância
14 de junho de 2021	LIBE / DEVE	Reunião interparlamentar de comissões	Segunda Conferência de Alto Nível sobre Migração e Asilo na Europa	55	27	36	Presença física: 48 e ligação à distância
22 de junho de 2021	AFCO	Reunião interparlamentar de comissões	Reforma da lei eleitoral europeia, direito de inquérito do Parlamento Europeu	38	25	34	Presença física: 24 e ligação à distância
25 e 26 de outubro de 2021	LIBE	Grupo de controlo parlamentar conjunto	Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto (GCP) da Agência da União Europeia para a Cooperação Policial (EUROPOL)	73	25	30	Presença física: 32 e ligação à distância
27 de setembro de 2021	BECA	Reunião interparlamentar de comissões	Travar o cancro: o ponto de vista dos parlamentos nacionais sobre o Plano Europeu de Luta contra o Cancro	39	20	25	Presença física: 15 e ligação à distância
8 de novembro de 2021	AIDA	Reunião interparlamentar de comissões	A inteligência artificial e a década digital	46	23	28	Presença física: 9 e ligação à distância
9 November 2021	AFCO	Reunião interparlamentar de comissões	sobre «As expectativas dos parlamentos nacionais no que diz respeito à Conferência sobre o Futuro da Europa»	56	21	17	Presença física: 9 e ligação à distância
9 November 2021	INGE	Reunião interparlamentar de comissões	Ingerência estrangeira em todos os processos democráticos na União Europeia, incluindo a desinformação	38	14	19	Presença física: 17 e ligação à distância
18 November 2021	AGRI	Reunião interparlamentar de comissões	Desenvolvimento dos Planos Estratégicos da PAC de cada Estado Membro	54	23	30	Presença física: 30 e ligação à distância
30 November 2021	FEMM	Reunião interparlamentar de comissões	Eliminar a violência contra as mulheres	48	23	30	Presença física: 56 e ligação à distância
9 December 2021	LIBE	Reunião interparlamentar de comissões	Estado de direito	49	21	17	Presença física: 14 e ligação à distância
10 December 2021	LIBE / DEVE	Conferência de alto nível	Terceira Conferência de Alto Nível sobre Migração e Asilo na Europa	57	25	28	Presença física: 13 e ligação à distância
<b>TOTAL NUMBER OF PARTICIPANTS</b>				<b>971</b>			<b>352</b>

## ANEXO III – Visitas dos parlamentos nacionais da UE ao Parlamento Europeu em 2021 (incluindo videoconferências organizadas pela Direção)

VISITS OF EU NATIONAL PARLIAMENTS TO THE EUROPEAN PARLIAMENT IN 2021				
Data(s)	País e Câmara	Visitante / outro	Representante do PE com quem o visitante se reuniu	Tipo de visita / local
5.1.2021	ESLOVÉNIA – Državni Zbor	Marko Pogačnik, presidente da Comissão de Assuntos Europeus	Roberta Metsola, primeira vice presidente	Videoconferência
8.1.2021	ALEMANHA – Bundestag	Gunther Krichbaum, presidente da Comissão de Assuntos Europeus	Roberta Metsola, primeira vice presidente	Videoconferência
19.1.2021	LITUÂNIA – Seimas	Radvilė Morkūnaitė Mikulėnienė, presidente da Comissão de Assuntos Europeus	Roberta Metsola, primeira vice presidente	Videoconferência
22.1.2021	GRÉCIA – Vouli ton Ellinon	Nikitas Kaklamanis, presidente da Comissão de Assuntos Europeus	Roberta Metsola, primeira vice presidente	Videoconferência
1.2.2021	ALEMANHA – Bundestag	Guido Wolf, presidente da Comissão de Assuntos Europeus	Roberta Metsola, primeira vice presidente	Videoconferência
9.2.2021	FRANÇA – Assemblée Nationale	Sabine Thillaye, presidente da Comissão de Assuntos Europeus	Roberta Metsola, primeira vice presidente	Videoconferência
22.2.2021	POLÓNIA – Senat, LITUÂNIA – Seimas, LETÓNIA – Saeima, ESTÓNIA – Riigikogu e CHÉQUIA – Senát	Bogdan Klich (presidente da Comissão de Assuntos Externos e da UE do Senado polaco); Laima Andrikiienė (vice presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, Lituânia); Radvilė Morkūnaitė Mikulėnienė (vice presidente do Seimas, presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Lituânia); Rihards Kols (presidente da Comissão de Assuntos Externos, Letónia); Enn Eesmaa (Estónia); Pavel Fischer (Chéquia)  Satu Hassi, presidente da Comissão de Assuntos Europeus	Roberta Metsola, primeira vice presidente	Videoconferência
25.2.2021	FINLÂNDIA – Eduskunta	Satu Hassi, presidente da Comissão de Assuntos Europeus	Roberta Metsola, primeira vice presidente	Videoconferência
17.3.2021	PORTUGAL – Assembleia da República	Comissão do Orçamento e Finanças	Deputados ao Parlamento Europeu da Subcomissão FISC	Videoconferência
22.4.2021	CROÁCIA – Hrvatski Sabor	Presidente e membros da Comissão de Assuntos Europeus	Roberta Metsola, primeira vice presidente	Videoconferência
3.5.2021	LITUÂNIA – Seimas	Deputados do Seimas	Raphaël Glucksmann, deputado ao Parlamento Europeu, presidente da Comissão INGE	Videoconferência
22.6.2021	ESLOVÉNIA – Državni Zbor	Igor Zorčič, presidente da Assembleia Nacional, e membros da Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia Nacional eslovena e da Comissão de Relações Internacionais e Assuntos Europeus do Conselho Nacional esloveno	Roberta Metsola, primeira vice presidente	Eslovénia
6.9.2021	PAÍSES BAIXOS – Tweede Kamer	Deputados (relatores sobre a reforma da OMC)	Deputados ao Parlamento Europeu (relatores sobre a reforma da OMC)	Videoconference
23.9.2021	ESTÓNIA – Riigikogu	Hanno Pevkur, vice presidente do Parlamento estónio (Riigikogu), e membros da Comissão de Assuntos Europeus, da Comissão do Ambiente e da Comissão de Assuntos Económicos	Roberta Metsola, primeira vice presidente	Estonia
23 24.9.2021	LITUÂNIA – Seimas	Viktorija Čmilytė Nielsen, presidente do Seimas, e os presidentes e membros da Comissão de Assuntos Europeus, da Comissão de Assuntos Externos, da Comissão da Segurança Nacional e da Defesa e da Comissão dos Direitos Humanos do Parlamento lituano (Seimas)	Roberta Metsola, primeira vice presidente	Lithuania
28.10.2021	POLÓNIA – Senat	Comissão de Assuntos Externos e da UE do Senado polaco	Roberta Metsola, primeira vice presidente	Poland

## ANEXO IV – Dados sobre o sistema de alerta precoce

A Comissão dos Assuntos Jurídicos, responsável por questões relacionadas com a observância do princípio da subsidiariedade no Parlamento Europeu, facultou as seguintes definições para os documentos apresentados pelos parlamentos nacionais:

- «**Pareceres fundamentados**» são documentos que assinalam a não conformidade de um projeto de ato legislativo com o princípio da subsidiariedade e que foram entregues ao Parlamento Europeu no prazo de oito semanas a que se refere o artigo 6.º do Protocolo n.º 2 aos Tratados.
- «**Contributos**» designam qualquer outro documento apresentado que não preencha os critérios de parecer fundamentado acima referidos.

DOCUMENTOS RECEBIDOS DOS PARLAMENTOS NACIONAIS EM 2021			
Estado Membro	Parlamento/Câmara	Pareceres fundamentados	Contributos
Áustria	<i>Nationalrat</i>	0	1
Áustria	<i>Bundesrat</i>	0	1
Bélgica	<i>Chambre des Représentants</i>	0	0
Bélgica	<i>Sénat</i>	0	0
Bulgária	<i>Narodno Sabranie</i>	0	1
Croácia	<i>Hrvatski Sabor</i>	0	0
Chipre	<i>Vouli ton Antiprosópon</i>	0	0
Chéquia	<i>Poslanecká sněmovna</i>	0	8
Chéquia	<i>Senát</i>	4	23
Dinamarca	<i>Folketinget</i>	0	2
Estónia	<i>Riigikogu</i>	0	0
Finlândia	<i>Eduskunta</i>	0	0
França	<i>Assemblée Nationale</i>	0	0
França	<i>Sénat</i>	4	4
Alemanha	<i>Bundestag</i>	0	0
Alemanha	<i>Bundesrat</i>	0	10
Grécia	<i>Vouli ton Ellinon</i>	0	6
Hungria	<i>Országgyűlés</i>	0	0
Irlanda	<i>Seanad Éireann</i>	6	0
Irlanda	<i>Houses of the Oireachtas</i>	0	1
Itália	<i>Camera dei deputati</i>	5	12
Itália	<i>Senato</i>	0	10
Lituânia	<i>Seimas</i>	0	0
Luxemburgo	<i>Chambre des Députés</i>	0	0
Letónia	<i>Saeima</i>	0	0
Malta	<i>Kamra tad Deputati</i>	1	0
Países Baixos	<i>Tweede Kamer</i>	0	1
Países Baixos	<i>Eerste Kamer</i>	0	5
Polónia	<i>Sejm</i>	0	0
Polónia	<i>Senat</i>	0	10
Portugal	<i>Assembleia da República</i>	0	38
Roménia	<i>Camera Deputaţilor</i>	0	0
Roménia	<i>Senat</i>	0	16
Espanha	<i>Congreso / Senado</i>	0	53
Suécia	<i>Riksdag</i>	3	0
Eslovénia	<i>Državni Zbor</i>	0	0
Eslovénia	<i>Državni Svet</i>	0	0
Eslováquia	<i>Národná rada</i>	1	0
<b>TOTAL</b>		<b>24</b>	<b>202</b>

## ANEXO V – Contributos ao abrigo do Protocolo n.º 1 – Diálogo Político Informal

Este quadro enumera os documentos dos parlamentos nacionais da UE enviados em resposta a projetos de ato legislativo que são da competência exclusiva da UE, bem como uma grande variedade de documentos não legislativos, como Livros Verdes/Branco ou comunicações da Comissão Europeia abrangidos pelo Protocolo n.º 1 aos Tratados.

CONTRIBUTOS RECEBIDOS DOS PARLAMENTOS NACIONAIS EM 2021		
Estado Membro	Parlamento/Câmara	Contributos
Áustria	<i>Nationalrat</i>	0
Áustria	<i>Bundesrat</i>	1
Bélgica	<i>Chambre des Représentants</i>	0
Bélgica	<i>Sénat</i>	2
Bulgária	<i>Narodno Sabranie</i>	0
Croácia	<i>Hrvatski Sabor</i>	0
Chipre	<i>Vouli ton Antiprosópon</i>	0
Chéquia	<i>Poslanecká sněmovna</i>	13
Chéquia	<i>Senát</i>	27
Dinamarca	<i>Folketinget</i>	0
Estónia	<i>Riigikogu</i>	0
Finlândia	<i>Eduskunta</i>	1
França	<i>Assemblée Nationale</i>	7
França	<i>Sénat</i>	11
Alemanha	<i>Bundestag</i>	1
Alemanha	<i>Bundesrat</i>	10
Grécia	<i>Vouli ton Ellinon</i>	0
Hungria	<i>Országgyűlés</i>	0
Irlanda	<i>Houses of the Oireachtas</i>	1
Itália	<i>Camera dei deputati</i>	11
Itália	<i>Senato</i>	0
Lituânia	<i>Seimas</i>	1
Luxemburgo	<i>Chambre des Députés</i>	0
Letónia	<i>Saeima</i>	0
Malta	<i>Kamra tad Deputati</i>	0
Países Baixos	<i>Tweede Kamer</i>	5
Países Baixos	<i>Eerste Kamer</i>	10
Polónia	<i>Sejm</i>	0
Polónia	<i>Senat</i>	2
Portugal	<i>Assembleia da República</i>	16
Roménia	<i>Camera Deputaţilor</i>	24
Roménia	<i>Senat</i>	16
Espanha	<i>Congreso / Senado</i>	60
Suécia	<i>Riksdag</i>	1
Eslovénia	<i>Državni Zbor</i>	0
Eslovénia	<i>Državni Svet</i>	0
Eslováquia	<i>Národná rada</i>	2
<b>TOTAL</b>		<b>222</b>

## **ANEXO VI – Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares (CEIDP)**

### **A. Matérias sobre as quais os órgãos políticos e os serviços administrativos do Parlamento Europeu consultaram a rede CEIDP em 2021 através de pedidos comparativos**

1. Igualdade de género na diplomacia parlamentar
2. Atualização do pedido 4548: documento colaborativo para atualizar o quadro: Ponto da situação no que respeita a medidas contra a COVID 19 nos parlamentos
3. Acessibilidade dos edifícios dos parlamentos nacionais dos Estados Membros da UE
4. Estatuto e financiamento dos partidos políticos e das fundações políticas
5. Procedimentos nacionais de nomeação dos membros do Tribunal de Contas Europeu (TCE)
6. Inquérito sobre a integração da perspetiva de género
7. Organização das sessões plenárias
8. Receitas afetadas, contração e concessão de empréstimos
9. Incentivos para aumentar a participação nos debates em sessão plenária
10. Cibersegurança no Parlamento
11. Redes Parline da UIP e CEIDP
12. Modernização dos serviços logísticos nos parlamentos
13. Estratégias relativas a testes de esforço para promover a sua robustez e resiliência
14. Atualização do pedido 4855: Utilização do Certificado Digital COVID da UE nos trabalhos parlamentares

### **B. O Parlamento Europeu respondeu a pedidos de outros parlamentos membros do CEIDP sobre os seguintes temas:**

1. Secretários parlamentares [Whips]
2. A experiência do Parlamento Europeu em várias questões relacionadas com o trabalho dos deputados ao Parlamento Europeu
3. Regulamentação legislativa de cães de caça
4. Atualização do pedido 4855: Utilização do Certificado Digital COVID da UE nos trabalhos parlamentares
5. Estratégias relativas a testes de esforço para promover a sua robustez e resiliência
6. Inadmissibilidade de alterações fora do âmbito de aplicação de um projeto de lei (legislative riders)
7. Dever de diligência e responsabilidade das empresas
8. Centros de visitantes
9. Incumprimento de uma ordem legal ou de um pedido de um agente responsável pela aplicação da lei e outros
10. Admissão de campeões olímpicos em universidades sem terem de passar nos exames
11. Legendagem das reuniões de comissões e comités (para pessoas com deficiência auditiva)
12. Entraves técnicos ao acesso aos edifícios parlamentares
13. Regras sobre a redação jurídica e o processo legislativo
14. Reabertura das bibliotecas e a prestação de serviços presenciais no local durante a COVID 19
15. Atualização do pedido 2413: «O Gabinete do Presidente do Parlamento»
16. Papel do Presidente da Câmara dos Representantes
17. Funcionários parlamentares e políticas de trabalho mistas ou híbridas
18. Utilização do Certificado Digital COVID da UE nos trabalhos parlamentares
19. Nova sessão parlamentar e medidas em vigor
20. Redes Parline da UIP e CEIDP

21. Utilização de canábis para consumo humano
22. Arquivos parlamentares – atualização do pedido 902
23. Negligência médica
24. Maioria de voto necessária para a eleição de representantes de cargos pelo Parlamento
25. Parlamento mais compatível com a vida familiar dos deputados
26. Discurso perante o Parlamento de um chefe de Estado/chefe de Governo estrangeiro
27. Testes de antigénio da COVID 19 no Parlamento
28. Normas aplicáveis aos pequenos mercados de produtos agrícolas
29. Condições e restrições ao exercício do mandato parlamentar
30. Investigações sobre intimidação, assédio e comportamentos sexuais condenáveis: «relatórios por grupos (cluster reporting)
31. Código de educação
32. Digitalização de documentos parlamentares – perguntas adicionais
33. Nova política legislativa em matéria de contraordenações
34. Meios intangíveis para incentivar o mecenato cultural
35. Meios de comunicação social de serviço público e conselhos de meios de comunicação social
36. Processo legislativo
37. Isenção ou eliminação de sanções quando um menor de idade se recusa a manter uma relação pessoal com um dos seus progenitores
38. Obrigação de os deputados receberem o seu salário ou remuneração
39. Institutos de estudos parlamentares, parlamentarismo e formação legislativa
40. Estratégia TIC
41. Medidas de confinamento impostas durante a pandemia de COVID 19
42. Digitalização e trabalho parlamentar virtual
43. Construção de instalações desportivas
44. Proibição do assédio sexual
45. Reuniões de comissões à distância
46. Apoio a deputados e a funcionários do Parlamento que tenham sido vítimas de assédio nas redes sociais
47. Aquisição de terras agrícolas
48. Festividades religiosas e adaptações razoáveis por motivos religiosos
49. Interposição de recurso de cassação (processo no tribunal de última instância)
50. Orçamentação baseada no bem estar
51. Questionário relacionado com o seminário *online* intitulado «Como reforçar o controlo parlamentar dos processos orçamentais: a relação entre os parlamentos, os conselhos fiscais e as instituições de auditoria»
52. Pedido urgente: Papel do Parlamento na exoneração ou destituição do Presidente da República (Chefe de Estado)
53. Manuais digitais
54. Função e políticas do Protocolo no Parlamento
55. Redução da violência e do assédio entre as crianças
56. Financiamento estatal de organizações desportivas
57. Determinados aspetos da atividade parlamentar entre 1 de março de 2020 e 31 de março de 2021
58. Inquérito sobre a integração da perspectiva de género
59. Uso obrigatório e condicional de máscaras faciais nos níveis mais baixos de ensino (pré escolar e ensino primário)
60. Urgente: direitos e responsabilidades dos vice presidentes nos parlamentos nacionais
61. Prática parlamentar no que diz respeito à Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas
62. Política energética do Parlamento

63. Trabalho realizado pelos assistentes parlamentares e controlo desse trabalho
64. Questionário relacionado com o seminário *online* intitulado «Comunicações *online* e adaptação das comunicações parlamentares durante a pandemia»
65. Comunicação institucional
66. Acesso das mulheres com deficiência aos serviços de saúde
67. Estratégia para as redes sociais no Parlamento
68. Assunção e controlo das despesas relacionadas com o mandato dos deputados ao Parlamento Europeu (*Prise en charge et contrôle des frais liés au mandat des parlementaires*)
69. Papel do Parlamento na elaboração de avaliações de impacto da regulamentação
70. Adaptação das salas de plenário para o acesso de deputados com deficiência
71. Amamentação e circulação de alimentos para bebés
72. Imposição de pensão de alimentos
73. Painel de dados parlamentares
74. Arquivo digital
75. Utilização de dispositivos eletrónicos móveis nas sessões plenárias e nos órgãos parlamentares
76. Regulamentação relativa às pastagens
77. Tecnologia para videoconferências e serviços na nuvem
78. Plano de desenvolvimento de recursos humanos
79. Criação de uma subcomissão no âmbito de uma comissão parlamentar permanente
80. Atualização do pedido 4548: documento colaborativo para atualizar o quadro: Ponto da situação no que respeita a medidas contra a COVID 19 nos parlamentos
81. Votação por escrutínio secreto fora do Parlamento
82. Plano de vacinação contra a COVID 19
83. Regulamentação penitenciária e problemas de saúde dos prisioneiros
84. Declaração de interesses dos peritos ouvidos no Parlamento
85. Árvores de Natal no Parlamento
86. Perguntas adicionais relativas a um pedido sobre a localização geográfica da biblioteca parlamentar, dos arquivos, etc. Qual a importância da sua localização para os utilizadores, o serviço e o fluxo de trabalho?
87. Procedimento Renegade
88. Unidades operacionais nos parlamentos



## C. Seminários e reuniões estatutárias do CEIDP em 2021

SEMINÁRIOS		
Meeting	Location	Date
Seminário <i>online</i> – «Que alterações processuais introduzidas devido à COVID 19 serão mantidas no seu Parlamento uma vez terminada a pandemia?» ( <i>domínio de interesse: práticas e procedimentos parlamentares</i> )	Londres ( <i>online</i> )	16.12.2021
Seminário <i>online</i> – «Democracia sem atalhos – um intercâmbio com a filósofa política Cristina Lafont» ( <i>domínio de interesse: práticas e procedimentos parlamentares</i> )	Viena ( <i>online</i> )	2.11.2021
Seminário <i>online</i> – Como reforçar o controlo parlamentar dos processos orçamentais ( <i>domínio de interesse: assuntos económicos e orçamentais</i> )	Podgoritza ( <i>online</i> )	8.7.2021
Seminário <i>online</i> – «Os Parlamentos e o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados] ( <i>domínio de interesse: práticas e procedimentos parlamentares</i> )	Viena ( <i>online</i> )	14.6.2021
Seminário <i>online</i> – «As TIC, os Parlamentos na rede em 2021, as comunicações <i>online</i> e a adaptação da comunicação parlamentar durante a pandemia ( <i>domínio de interesse: TIC nos parlamentos</i> )	Helsínquia ( <i>online</i> )	3.6.2021
Seminário <i>online</i> – «Um ano de esperança e de transição» ( <i>domínio de interesse: bibliotecas, estudos e arquivos parlamentares</i> )	Bruxelas ( <i>online</i> )	1 3.6.2021
Seminário <i>online</i> – «Participação parlamentar na definição dos planos nacionais de recuperação e resiliência» ( <i>domínio de interesse: assuntos económicos e orçamentais</i> )	Roma ( <i>online</i> )	23.4.2021
Seminário <i>online</i> – «As TIC, assinaturas e selos em formato eletrónico» ( <i>domínio de interesse: TIC nos parlamentos</i> )	Bruxelas ( <i>online</i> )	15.3.2021
Seminário <i>online</i> – «Os Parlamentos e o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados] ( <i>domínio de interesse: práticas e procedimentos parlamentares</i> )	Viena ( <i>online</i> )	18.1.2021

REUNIÕES ESTATUTÁRIAS		
Meeting	Location	Date
Conferência Anual dos Correspondentes	Londres ( <i>online</i> )	18.11.2021
Reunião do Comité Executivo	Bruxelas ( <i>online</i> )	23.9.2021
Reunião do Comité Executivo	Bruxelas ( <i>online</i> )	1.7.2021
Reunião do Comité Executivo	Bruxelas ( <i>online</i> )	18.3.2021

## Glossário de termos e acrónimos

**AFCO:** Comissão dos Assuntos Constitucionais, Parlamento Europeu

**AFET:** Comissão dos Assuntos Externos, Parlamento Europeu

**AIDA:** Comissão Especial sobre Inteligência Artificial na Era Digital, Parlamento Europeu.

**BECA:** Comissão Especial sobre a Luta contra o Cancro, Parlamento Europeu.

**BUDG:** Comissão dos Orçamentos, Parlamento Europeu

**CORCOM:** Diretório de correspondência entre comissões. Um recurso de informação sobre as comissões dos parlamentos nacionais correspondentes às comissões do Parlamento Europeu. Contém informações sobre os diferentes secretariados das comissões dos parlamentos nacionais da UE e do Parlamento Europeu.

**COSAC:** Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União. Conferência, organizada em conformidade com o Tratado, de deputados ao Parlamento Europeu e deputados dos parlamentos nacionais membros de comissões parlamentares responsáveis pelos assuntos da União Europeia.

**DEVE:** Comissão do Desenvolvimento, Parlamento Europeu

**DG EXPO:** Direção Geral das Políticas Externas da União, Secretariado Geral do Parlamento Europeu.

**DG IPOL:** Direção Geral das Políticas Internas da União, Secretariado Geral do Parlamento Europeu.

**DG ITEC:** Direção Geral da Inovação e do Apoio Tecnológico, Secretariado Geral do Parlamento Europeu.

**CEIDP:** Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares. Rede de intercâmbio de informações para as administrações dos parlamentos na Europa, que funciona com base em pedidos comparativos.

**ECON:** Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, Parlamento Europeu.

**EMPL:** Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, Parlamento Europeu.

**PE:** Parlamento Europeu.

**SPE:** Semana Parlamentar Europeia. A Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na União Europeia (CIP ECEG) e a Conferência do Semestre Europeu juntam deputados de toda a União Europeia para debater questões económicas, orçamentais e sociais.

**Eurojust:** Agência Europeia para a Cooperação Judiciária Penal.

**Europol:** Agência da União Europeia responsável pela aplicação da lei.

**CPPUE:** Conferência dos presidentes dos parlamentos da União Europeia. Reunião anual dos presidentes dos parlamentos dos Estados Membros da UE, organizada pelo Parlamento do país que exercia a presidência do Conselho da UE no outono anterior.

**SAP:** Sistema de alerta precoce. Um mecanismo de revisão previsto no Protocolo n.º 2 aos Tratados e que diz respeito à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade. Permite que os parlamentos nacionais enviem um parecer fundamentado aos presidentes das instituições.

**FEMM:** Comissão dos Direitos das Mulheres e da Igualdade dos Géneros, Parlamento Europeu.

**RIC:** Reunião interparlamentar de comissões. Reuniões coorganizadas pelo(s) secretariado(s) da(s) comissão(ões) e pela Unidade de Diálogo Legislativo da Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais do Parlamento Europeu. As RIC servem de fórum de diálogo entre os deputados dos parlamentos nacionais e os deputados ao Parlamento Europeu.

**INGE:** Comissão Especial sobre a Ingerência Estrangeira em Todos os Processos Democráticos na União Europeia, incluindo a Desinformação, Parlamento Europeu.

**CIP PESC/PCSD:** Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa. Plataforma interparlamentar para o debate sobre a política externa, de segurança e de defesa da UE. Esta Conferência é organizada duas vezes por ano pelo parlamento do Estado Membro da UE que exerce a presidência do Conselho da UE, em estreita cooperação com o Parlamento Europeu.

**DPI:** Diálogo político informal. Os contributos dos parlamentos nacionais da UE ao abrigo do Protocolo n.º 1 aos Tratados, que comentam os dossiês legislativos da competência exclusiva da UE, bem como documentos não legislativos, tais como livros brancos ou comunicações da Comissão Europeia.

**IPEX:** Intercâmbio Interparlamentar de Informação sobre a União Europeia. Plataforma para o intercâmbio mútuo de documentos e informações relacionados com a UE entre os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu.

**GCPC:** Grupo de controlo parlamentar conjunto da Europol. Grupo de controlo interparlamentar que assegura a plena responsabilização e a transparência da Europol. O GCPC reúne duas vezes por ano: uma vez no parlamento do país que exerce a presidência do Conselho da UE e outra no Parlamento Europeu.

**JURI:** Comissão dos Assuntos Jurídicos, Parlamento Europeu.

**LIBE:** Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, Parlamento Europeu.

**DP:** Deputados dos parlamentos (nacionais).

**DEP:** Deputados ao Parlamento Europeu.

**CEP:** Cooperação estruturada permanente no domínio da política de segurança e defesa, estabelecida por decisão do Conselho em 11 de dezembro de 2017, com 25 Estados Membros. Proporciona um quadro jurídico para planear, desenvolver e investir conjuntamente em projetos de capacidades partilhadas e reforçar a prontidão operacional e o contributo das forças armadas.

**Spotlight:** Publicações relacionadas com sínteses de procedimentos ou práticas parlamentares e baseadas nas respostas aos pedidos enviados à rede CEIDP.

**TUE:** Tratado da União Europeia.

**TFUE:** Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.







# PARLAMENTOS NACIONAIS DOS ESTADOS-MEMBROS DA UE

Dezembro de 2021



eleição direta



eleição indireta / nomeação / outro

<p> <b>Belgique/België/ Belgien BÉLGICA</b></p> <p>Kamer van volksvertegenwoordigers/ Chambre des représentants/ Abgeordnetenversammlung</p> <p>150 </p> <p>Senaat/ Sénat/ Senat</p> <p>60 </p>	<p> <b>България BULGÁRIA</b></p> <p>Народно събрание (Narodno sabranie)</p> <p>240 </p>	<p> <b>Česká republika REPÚBLICA CHECA</b></p> <p>Poslanecká sněmovna</p> <p>200 </p> <p>Senát</p> <p>81 </p>	<p> <b>Danmark DINAMARCA</b></p> <p>Folketinget</p> <p>179 </p>
<p> <b>Deutschland ALEMANHA</b></p> <p>Deutscher Bundestag</p> <p>709 </p> <p>Bundesrat</p> <p>69 </p>	<p> <b>Eesti ESTÓNIA</b></p> <p>Riigikogu</p> <p>101 </p>	<p> <b>Éire/Ireland IRLANDA</b></p> <p>Dáil Éireann</p> <p>160 </p> <p>Seanad Éireann</p> <p>60 </p>	<p> <b>Ελλάδα GRÉCIA</b></p> <p>Βουλή των Ελλήνων (Vouli ton Ellinon)</p> <p>300 </p>
<p> <b>España ESPAÑA</b></p> <p>Congreso de los Diputados</p> <p>350 </p> <p>Senado</p> <p>208 </p> <p>57 </p>	<p> <b>France FRANÇA</b></p> <p>Assemblée nationale</p> <p>577 </p> <p>Sénat</p> <p>348 </p>	<p> <b>Hrvatska CROÁCIA</b></p> <p>Hrvatski sabor</p> <p>151 </p>	<p> <b>Italia ITÁLIA</b></p> <p>Camera dei Deputati</p> <p>629 </p> <p>Senato della Repubblica</p> <p>315 </p> <p>6 </p>
<p> <b>Κύπρος CHIPRE</b></p> <p>Βουλή των Αντιπροσώπων (Vouli ton Antiprosopon)</p> <p>56 </p>	<p> <b>Latvija LETÓNIA</b></p> <p>Saeima</p> <p>100 </p>	<p> <b>Lietuva LITUÂNIA</b></p> <p>Seimas</p> <p>141 </p>	<p> <b>Luxembourg LUXEMBURGO</b></p> <p>Chambre des Députés</p> <p>60 </p>
<p> <b>Magyarország HUNGRIA</b></p> <p>Országgyűlés</p> <p>199 </p>	<p> <b>Malta MALTA</b></p> <p>Il-Kamra Tad-Deputati</p> <p>67 </p>	<p> <b>Nederland PAÍSES BAIXOS</b></p> <p>Tweede Kamer</p> <p>150 </p> <p>Eerste Kamer</p> <p>75 </p>	<p> <b>Österreich ÁUSTRIA</b></p> <p>Nationalrat</p> <p>183 </p> <p>Bundesrat</p> <p>61 </p>
<p> <b>Polska POLÓNIA</b></p> <p>Sejm</p> <p>460 </p> <p>Senat</p> <p>100 </p>	<p> <b>Portugal PORTUGAL</b></p> <p>Assembleia da República</p> <p>230 </p>	<p> <b>România ROMÉLIA</b></p> <p>Camera Deputatilor</p> <p>330 </p> <p>Senat</p> <p>136 </p>	<p> <b>Slovenija ESLOVÉNIA</b></p> <p>Državni zbor</p> <p>90 </p> <p>Državni svet</p> <p>40 </p>
<p> <b>Slovensko ESLOVÁQUIA</b></p> <p>Národná Rada</p> <p>150 </p>	<p> <b>Suomi/ Finland FINLÂNDIA</b></p> <p>Eduskunta</p> <p>200 </p>	<p> <b>Sverige SUÉCIA</b></p> <p>Riksdagen</p> <p>349 </p>	



[RELNATPARL@EP.EUROPA.EU](mailto:RELNATPARL@EP.EUROPA.EU)

[WWW.EUROPARL.EUROPA.EU/RELNATPARL](http://WWW.EUROPARL.EUROPA.EU/RELNATPARL)

